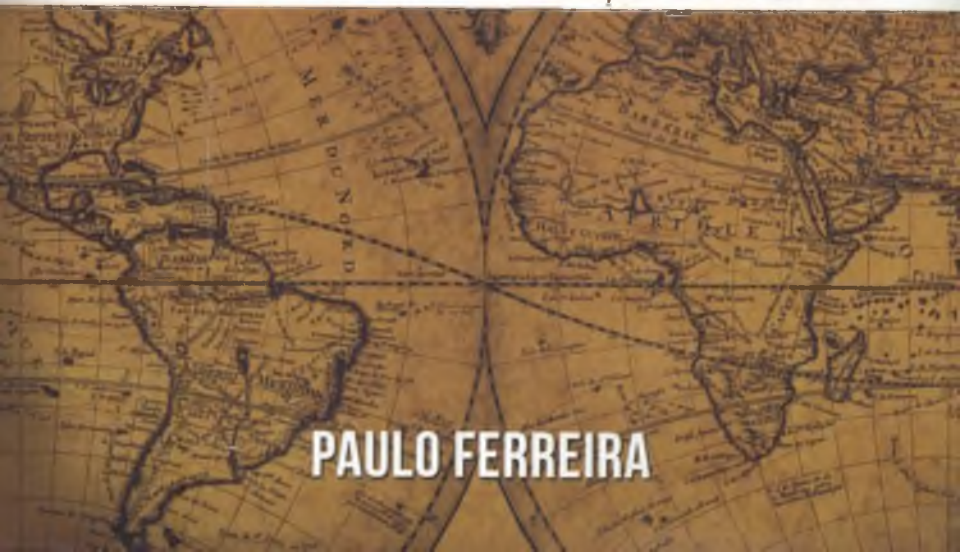


CPAD

A REFORMA EM QUATRO TEMPOS

Desdobramentos na Europa e no Brasil



PAULO FERREIRA

PAULO FERREIRA

A REFORMA EM QUATRO TEMPOS

Desdobramentos na Europa e no Brasil

1ª Edição

CPAD

Rio de Janeiro
2017

Todos os direitos reservados. Copyright © 2017 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

Preparação dos originais: Miquéias Nascimento
Capa e projeto gráfico: Fábio Longo
Editoração: Leonardo Engel

CDD: 270 - História do Cristianismo
ISBN: 978-85-263-1459-7

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 1995, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso site: http://www.cpad.com.br

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus
Av. Brasil, 34.401 – Bangu – Rio de Janeiro – RJ
CEP 21.852-002

1ª edição: 2017
Tiragem: 3.000

DEDICATÓRIA

A todos os cristãos, notáveis ou anônimos,
cuja fé, perseverança e coragem
possibilitaram o retorno da Igreja
aos tempos apostólicos.

SUMÁRIO

Dedicatória 3
Prefácio 7
Introdução 11

1 - CAUSAS DA REFORMA 13
2 - EXPLOSÃO DA REFORMA 29
3 - REFLEXOS DAS GUERRAS RELIGIOSAS NAS COLÔNIAS 39
4 - A REFORMA CHEGA AO BRASIL 53
5 - A REFORMA NO BRASIL DO SÉCULO XX 63
6 - O ATIVISMO 77

Apêndice 1 - As 95 Teses de Lutero 83
Apêndice 2 - Memorial de Gratidão na Vila de Villegaignon 91
Apêndice 3 - A Confissão de Fé da Guanabara 93
Apêndice 4 - Perigos do Extremismo Ecológico 101
Apêndice 5 - ONGs Manipulam Igrejas no Brasil 105
Apêndice 6 - A Canonização do Padre José de Anchieta 107

BIBLIOGRAFIA 111

PREFÁCIO

Tenho grande satisfação em ter sido convidado para prefaciar o livro A Reforma em Quatro Tempos, do Pastor Paulo Ferreira da Silva. Por vários motivos. O primeiro é porque Paulo Ferreira (permito-me a liberdade) é amigo desde minha juventude. Conhecemo-nos na Igreja Assembleia de Deus em Natal. Morávamos na mesma rua: Rua dos Paianazes, ou Avenida 10, no bairro do Alecrim. Nossa amizade estreitou-se na igreja e também nos estudos, na então Escola Almirante Ary Parreiras. Deus levou-o para a Escola Naval, de onde seguiu a carreira militar, galgando o nível de oficial superior. Também fui para a vida militar, porém para o Exército Brasileiro. Caminhos diferentes na profissão. No entanto, seguimos o mesmo caminho, na vida espiritual, como servos de Jesus Cristo.

Outro motivo da satisfação decorre de ter em minhas mãos um trabalho literário digno de ser recomendado para quem deseja, em pouco tempo, conhecer o que foi a Reforma Protestante do Século XVI. O autor dá bom espaço para os aspectos históricos, antecedentes, contemporâneos e posteriores ao movimento de caráter religioso, que teve impacto notável sobre o pensamento cristão de sua época, com reflexos na História da Igreja Cristã em todos os tempos.

O pastor Paulo Ferreira é um escritor que pauta pela fidelidade aos fatos que descreve. Como o título indica, ele divide a Reforma em Quatro Tempos. Num primeiro momento, o livro aborda a supremacia do catolicismo romano, que avassalava não só o pensamento religioso, como também se impunha numa mistura com o Estado e a política, numa união que só trouxe prejuízos para a cristandade.

Não por acaso, mas, sim, por vontade de Deus, veio a Pré-Reforma, com homens de Deus inconformados com os descaminhos que a igreja, dita cristã, trilhava, cada vez mais afastada dos princípios ditados por Cristo. O autor destaca aqueles que deram suas vidas, lançando as sementes do movimento que abalou as estruturas do Estado católico monolítico e autoritário. Ele destaca a Reforma Protestante evidenciando aspectos que levarão o leitor a entender o porquê do êxito da Reforma, que se iniciou com um homem simples, Martinho Lutero, que conheceu a Palavra de Deus de forma clandestina, dentro do mosteiro agostiniano. Deus usa "as coisas que não são para confundir as que são".

Logo após, o pastor Paulo ocupa espaço do seu trabalho para mostrar como o protestantismo teve início, enfrentando a perseguição, a intolerância e a oposição ferrenha da igreja católica, que se considerava dona da verdade e guardiã dos decretos de Deus. Quem a ela se opusesse só tinha um destino: a prisão, a tortura implacável e a morte cruel "em Nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo", sob as bênçãos do Papa, que usava o poder político e religioso, mas não demonstrava um mínimo sequer de amor aos que confessavam a Cristo como único e suficiente salvador, nem mesmo o menor remorso por ver pessoas sendo torturadas, esquartejadas, empaladas ou queimadas vivas. Isso podia ser tudo, menos cristianismo.

Em seguida, Paulo Ferreira discorre sobre movimentos liberais, a Igreja e o Estado no Brasil, além de ressaltar o papel importante do protestantismo missionário, que foi trazido ao país por missionários europeus e americanos, transformando o Brasil num grande campo de propagação e difusão do evangelho de Cristo. De campo missionário, o Brasil tornou-se celeiro de missões para todo o mundo.

Paulo Ferreira não deixou de salientar períodos em que o catolicismo romano procurou eliminar a influência do protestantismo no Brasil. A igreja católica usou a perseguição sistemática, chegando até a destruir templos em vários lugares no país e a espancar crentes pelo fato de converterem-se a Cristo segundo a fé evangélica. Esse que vos escreve é neto de pioneiros na Assembleia de Deus no Rio Grande do Norte. Meus avós maternos viram de perto a perseguição dos católicos romanos a ponto de ser negada aos crentes a venda de água, de leite ou de alimentos para suas crianças. No Brasil, houve lugares onde um protestante não podia ser sepultado no cemitério da cidade por ordem do vigário.

Finalmente, o autor inclui sua análise sucinta sobre os movimentos pentecostais em suas diversas fases, espalhando-se pelo Brasil. Ele destaca ainda o papel das Assembleias de Deus no Brasil, que, neste ano, completam 105 anos de existência, levando a mensagem pentecostal de modo simples, proclamando que Cristo salva, cura, batiza com o Espírito Santo e prepara o homem para ir para os céus. Somos fruto das Missões e também fruto da Reforma. O autor brinda os leitores com apêndices que enriquecem sua obra, incluindo as 95 Teses de Martinho Lutero contra os desvios da igreja dominante.

Tenho certeza de que os leitores desta obra deleitar-se-ão com o seu conteúdo bem fundamentado em fontes seguras e com uma linguagem objetiva e clara que atenderá ao interesse tanto do leigo quanto do erudito que busca conhecer a história da Reforma e seus reflexos no Brasil e no mundo.

Parnamirim, RN, em 5 de julho de 2016.
Elinaldo Renovato de Lima – Pr

Passaram-se 500 anos desde que Martinho Lutero, desiludido e indignado, afixou na porta da Igreja de Wittenberg as *95 teses* contra a degradação espiritual, moral e doutrinária que tomara conta da Igreja. A leitura desse histórico documento deixa transparecer a oratória inflamada de alguém possuído de ira santa contra o nefando comércio das indulgências. Lê-lo transporta-nos aos tempos do rei Josias, que, também indignado, restaurou o templo arruinado e renovou o culto ao Senhor (2 Rs 22 e 23). Durante essa restauração, foi achado o livro da lei que estava perdido, e o zelo de Josias fê-lo promover uma grande reforma nos maus costumes que se haviam instalado em Israel.

Seiscentos anos depois de Josias, Jesus entra no templo em Jerusalém e depara-se mais uma vez com a degradação do sacerdócio, do culto e do lugar sagrado. Era Páscoa. Possuído de santo zelo, o Senhor empunha um azorrague e expulsa negociantes, derriba mesas, solta animais e repete as palavras de Isaías: "A minha casa será chamada casa de oração. Mas vós a tendes convertido em covil de ladrões" (ver Is 56.6; Mt 21.13; Jo 2.15). Essas e outras reflexões afloram nossa mente quando meditamos na quadra da Igreja vivida por Lutero.

Quem se propõe escrever sobre a Reforma, logo percebe, pela vasta bibliografia disponível, que o tema não cabe em um só livro. Diante dessa constatação, decidi garimpar nela eventos que, ao mesmo tempo, abordassem seus desdobramentos na Europa, onde repercutiu como um terremoto, e em nosso país, onde, inicialmente, apenas se ouviram alguns ecos, pois éramos tão somente uma colônia recém-descoberta pelos navegadores portugueses.

A Reforma foi o motor que conduziu a Alemanha e outros países da Europa à liberdade religiosa, social, política, cultural e econômica. Ela passou por diversas etapas, assim como toda revolução. Por isso, na primeira e segunda partes deste livro, comparamos a Reforma aos quatro tempos do ciclo de funcionamento de um motor de combustão interna, que explicaremos a seguir: admissão, compressão, explosão e descarga.

1 – Na admissão, primeiro tempo, o cilindro enche-se da mistura explosiva ar-combustível. Essa mistura simboliza a insatisfação popular,

gerada na pré-Reforma pela frouxidão moral do clero e privilégios da aristocracia, que produziram revolta em parte do próprio clero e nas classes sociais desfavorecidas. Não por acaso, essas classes eram chamadas de *servos* pelos senhores feudais. A insatisfação foi-se propagando através de ideias que eclodiram por volta do século XIII. Guilherme de Ockham e John Wycliffe são dois marcos que se destacam nesse período.

2 – Na compressão, segundo tempo, a mistura ar-combustível é comprimida dentro do cilindro, tornando-se altamente inflamável. Em nosso motor alegórico, foi o tempo em que as massas populares insatisfeitas começaram a revoltar-se aqui e ali nas rebeliões contra o feudalismo, genericamente denominadas Jaquerias. Concomitantemente, a insatisfação contagiou os governantes e a nobreza ao perceberem que os privilégios da Igreja subtraíam deles parte expressiva do trabalho e das rendas.

3 – Na explosão, terceiro tempo, a mistura ar-combustível, já sob pressão, explode devido à centelha que se acendeu no ponto mais alto da compressão. A centelha que provocou a explosão da Reforma foi a venda das indulgências na Alemanha.

4 – Na descarga, quarto tempo, o pistão é empurrado violentamente para trás, expelindo os gases acumulados no cilindro, para que haja nova admissão e o processo seja repetido. É o tempo renovador, em que se eliminam os gases indesejáveis, possibilitando o reinício do ciclo, que se reproduzirá indefinidamente. Simboliza os eventos que se seguiram à Reforma: guerras religiosas, conflitos de interesses e inúmeros outros que produziram as mudanças políticas, econômicas e sociais nos países europeus e suas colônias.

O livre exame das Escrituras gerou diferentes interpretações, enriquecendo sobremaneira o pobre legado de fé da Idade Média. A Reforma, este motor imaginário em movimento, produziu a quebra dos padrões medievais de comportamento e de organização social. Dos novos padrões, nasceram o Iluminismo e diversas correntes de pensamento que resultaram em desenvolvimento social, restaurando, nas gerações que se seguiram, a confiança e a fé.

Meditaremos nessas coisas ao longo deste livro.

1

CAUSAS DA REFORMA

INSATISFAÇÃO NA REALEZA, NA NOBREZA E NAS CLASSES POPULARES

A Reforma Protestante, Reforma Luterana ou, simplesmente, a Reforma não foi apenas um importante movimento religioso. Muito mais que isso, foi uma *revolução* social, compreendendo-se revolução como meio de alcançar-se a liberdade, como queria John Milton, o grande pensador inglês do século XVII. Seus desdobramentos serviram de ponte entre o Renascimento e o Iluminismo, desaguando, mais tarde, no largo estuário das revoluções Americana e Francesa. Os grandes centros econômicos deslocaram-se do sul para o norte da Europa, fazendo com que o desenvolvimento social produzido pelo Renascimento fluísse na mesma direção. As questões políticas derivadas da Reforma provocaram divergências profundas entre Roma e, de novo, o norte da Europa. As grandes propriedades territoriais da Igreja, isentas de tributação, causavam indignação aos demais proprietários, sobre-

taxados para compensar aquelas isenções; além do que a intromissão do papa em questões políticas produzia sérios questionamentos à sua autoridade.

No apogeu do catolicismo, o Papa Inocêncio III proclamou-se vigário (substituto) de Deus e não só de Pedro. Ele considerava-se o representante do Rei dos reis e Senhor dos senhores: Jesus Cristo. Portanto, a ele deviam curvar-se todos os reis da terra. Inocêncio pregava que a Igreja era o "luzeiro maior" que ilumina o dia, ao passo que o Estado era o "luzeiro menor" que ilumina a noite (Gn 1.16). Embriagado dessa presunção, Inocêncio dizia ser o Papa quem conferia ou tirava a coroa dos soberanos. Pode-se imaginar os efeitos que esses arroubos produziram não só nas classes desfavorecidas, como também entre os reis e a nobreza. Eram os gases sociais explosivos no motor alegórico de que estamos valendo, acumulando-se no período da Pré-Reforma.

AS CAUSAS – ADMISSÃO E COMPRESSÃO (PRIMEIRO E SEGUNDO TEMPOS)

Verificamos, preliminarmente, que a Reforma teve causas religiosas, econômicas, políticas, sociais, morais e éticas. O descrédito da Igreja crescera durante, pelo menos, dois séculos e já provocava rebeliões populares. Soberanos, senhores feudais, povo e até mesmo parte do clero já haviam alcançado um elevado grau de insatisfação. A mistura ar-combustível de nosso motor imaginário, sob forte pressão, aguardava apenas uma centelha para explodir. Iniciando a venda de indulgências na Alemanha, o dominicano Johann Tetzel (1465–1519) produziu a centelha que faltava. A ela, seguiu-se a publicação das *95 Teses* de Lutero na porta da igreja de Wittenberg. Estava deflagrada a Reforma.

A indulgência era um documento que absolvia pecados. Se o pecador morresse, um parente poderia pagar por ele, abreviando-lhe o tempo de passagem pelo purgatório (Ver as *95 Teses* no Apêndice 1).

As interpretações da Reforma dependem do ponto de vista de quem a analisa. Sob a perspectiva política, foi uma rebelião contra a igreja católica, cujo chefe, o Papa, arvorara-se em vigário de Deus, líder acima da autoridade dos reis. Para os que privilegiam as causas morais, ela foi um esforço para deter a corrupção que invadira a hierarquia eclesiástica. Para os que acreditam no determinismo econômico, ela resultou da tentativa do papa em explorar economicamente a Alemanha.

A Conversão de Constantino

Mesmo pretendendo delimitar cronologicamente este livro a partir da Idade Média, faremos uma breve incursão ao início do século IV, mais precisamente ao ano 312. O Império Romano, que perseguia o cristianismo desde o primeiro século, achava-se em franca decadência. Flávio Valério Cláudio Constantino, ou Imperador Constantino, o Grande (272–337), converte-se e, ao invés de religião perseguida, o cristianismo passa a ser apoiado pelo Império. Agora, quem busca notoriedade passa a frequentar a igreja, pois a presença imperial facilita a conquista de outros objetivos além da fé. Em 313, o imperador publica o Edito de Milão, dando aos cristãos liberdade de culto. Em 325, ele convoca o primeiro concílio — o de Niceia.

Não há como avaliar as intenções do imperador ao se converter, mas parece certo considerar — como fazem muitos historiadores — que ele imaginou aproveitar-se da propagação do cristianismo para deter a fragmentação do Império, que começava. Depois, já sob Teodósio, no ano 380, a Igreja uniu-se ao poder político, e o cristianismo foi proclamado religião oficial do Império Romano. Nos séculos seguintes, o paganismo mistura-se ao culto cristão, introduzindo-lhe variadas práticas, para agrado dos povos que compunham o Império. O imperador proclama a supremacia do bispo romano a despeito da discordância de outros bispos e, com isso, centraliza em Roma, sob seu controle, o governo e a Igreja. Daí em diante, estão lançadas as sementes de discórdia, desunião, conflitos e disputas que desfigurarão a Igreja ao longo dos séculos vindouros.

SUPREMACIA DO CATOLICISMO

Vamos tratar do apogeu do catolicismo detendo nossa atenção no pontificado de Inocêncio III. O texto que se segue é de Felipe Aquino, Professor de História da Igreja do Instituto de Teologia Bento XVI em Lorena, São Paulo:

O pontificado de Inocêncio III (1198 a 1216) representa o apogeu do Papado na Idade Média; pela primeira vez na história, o Papa, na pessoa de Inocêncio III se denominou "Vigário de Deus" na terra. Até então os Pontífices Romanos se haviam designado "vigários de Pedro"; O clero espontaneamente recorria a Inocêncio para resolver problemas administrativos ou pastorais. Assim dava-se uma centralização progressiva do governo da Igreja, que na época podia acarretar inconvenientes, pois havia dificuldades de comunicação e a Cúria Romana estava ainda em fase de organização e, portanto, de trabalho lento.

Perante os soberanos deste mundo, o Papa era o "representante de Cristo, ou seja, do Rei dos reis e do Senhor dos senhores" (cf. Ap 19,16); mais de vinte vezes ocorre esta fórmula nos documentos do Pontífice. Daí se seguia que o poder do Império devia estar subordinado ao Sacerdócio, ao menos no foro ético ou na medida em que o comportamento do Imperador estava sujeito às normas da moralidade. A Igreja seria o "luzeiro maior", que ilumina o dia, ao passo que o Estado seria o "luzeiro menor", que ilumina a noite (cf. Gn 1,16). Por isto Inocêncio chegava a dizer que é o Papa quem confere e tira as coroas dos soberanos.

Estas ideias não deixaram de suscitar protestos mesmo na sua época; assim os partidários de Filipe da Suábia (os Staufen) reclamavam contra a intervenção pontifícia na eleição do rei da Alemanha, afirmando a separação nítida do Sacerdócio e do Império. Inocêncio podia ignorar esses protestos, pois o século XIII acariciava, apesar de tudo, o ideal da teocracia (ou do regime de Deus). Em breve, o ambiente estaria mudado, pois, quando Bonifácio VIII (1294–1303) quis repetir os dizeres e as atitudes de Inocêncio III perante Filipe IV o Belo da França, foi desrespeitado e perseguido pelo monarca.

Tendo alcançado as culminâncias do poder temporal durante a Idade Média, a igreja católica tornou-se a mais rica e sólida instituição da Europa Ocidental. Ela era considerada a continuação do Império Romano do Ocidente, que ruíra no ano 456. Os arcebispos, bispos, cardeais e abades transformaram-se em poderosos senhores feudais. Eles mantinham pleno domínio sobre a população tanto do ponto de vista religioso quanto do social. Desobedecer-lhes implicava em severas punições; o papa era também árbitro em questões políticas e até científicas.

Para facilidade de compreensão, desde já usaremos o título igreja católica, embora a denominação *Igreja Católica Apostólica Romana* só tenha surgido a partir do Concílio de Trento em 1563. Essa nova denominação teve o propósito de diferenciá-la das igrejas cristãs surgidas a partir da Reforma.

Graças à supremacia papal, acordos iníquos foram ratificados como, por exemplo, o Tratado de Tordesilhas de 1494, através do qual o papa Alexandre VI dividiu as terras ainda não descobertas em duas partes: a metade pertenceria a Portugal, e a outra metade à Espanha. França, Inglaterra e Holanda desconsideravam a validade do tratado, e Francisco I de França declarava ironicamente: "Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo".

Homens da ciência foram condenados; o geocentrismo — hipótese levantada por Aristóteles 300 anos antes de Cristo que considerava a Terra centro do universo — prevaleceu por quase 2 mil anos, pois a Igreja adotara-a como verdadeira apesar da discordância dos astrônomos. O poder temporal introduziu a avareza, o paganismo e a injustiça na Igreja. A supremacia do catolicismo produziu insatisfações e discórdias que se foram acumulando até a eclosão da Reforma em 1517, cujos antecedentes passamos a analisar.

REAÇÕES À DECADÊNCIA MORAL DO PAPADO – PRÉ-REFORMADORES

Os ideais da Reforma não surgiram da noite para o dia. Muito antes de Lutero, como já havíamos dito, existiram pré-reformadores, que não planejavam deixar a Igreja, mas, sim, corrigir-lhe os rumos, protestando contra a corrupção e o luxo que nela instalara-se. Alguns pagaram com a vida a ousadia desse confronto. Deve-se considerar que, desde seus primórdios, a Igreja reagiu às impurezas que se infiltravam nela.

Os alertas de Jesus aos discípulos ecoam nas epístolas de Paulo, de Pedro e de Judas sob a forma de recomendações contra apostasias — tanto as do início quanto as dos últimos tempos — prenunciadoras da vinda de Jesus. Vamos delimitar, numa moldura temporal a partir da Idade Média, alguns desses nomes.

GUILHERME DE OCKHAM (1285–1347)

Nasceu em Ockham, perto de Londres, e, ainda jovem, ingressou na ordem religiosa dos franciscanos. Estudou em Oxford e, entre 1317 e 1324, escreveu alguns textos em latim (*Ordinatio, Summa Logicae e Tractatus de Sacramentis*) que despertaram a atenção do Papa João XXII, em virtude de seu conteúdo contrário a princípios então esposados pela Igreja. Em 1324, o Papa transfere-o para o convento franciscano de Avinhão, onde Guilherme responderia à acusação de heresia. Depois de três anos, a comissão nomeada pelo papa condenou seus escritos como heréticos e temerários.

Nesse período, intensificou-se entre os franciscanos a discussão sobre a pobreza, tendo Ockham aliado-se ao grupo mais radical. Estes sustentavam que assim como Jesus e os apóstolos desprezaram os bens materiais, o mesmo convinha à Igreja. A posição do papa era mais moderada. Precavendo-se das severas punições que lhe poderiam ser aplicadas, Guilherme foge de Avinhão em maio de 1328 e procura proteger-se junto ao imperador bávaro Ludovico de Pisa. Guilherme estabeleceu-se depois em Munique, onde morreu em 1347. Os estudiosos da Reforma afirmam que a lógica de Guilherme de Ockham exerceu forte influência sobre a teologia e a cosmovisão de Lutero.

JOHN WYCLIFFE (1330–1384)

Teólogo e pré-reformador inglês, precursor das reformas religiosas que mudaram a face da Europa nos séculos XV e XVI.

A ingerência da Igreja no poder temporal gerou conflitos com a realeza não só na Inglaterra, mas também por toda a Europa. Wycliffe entendia que ela devia voltar à condição de pobreza dos tempos apostólicos e que sua autoridade devia circunscrever-se às questões espirituais. De igual forma, ele entendia que o poder do rei também era de origem divina, pois Cristo recomendava "dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Até mesmo o clero devia pagar tributo ao rei. Wycliffe considerava que a Igreja podia subsistir sem o Papa. "Nosso

Papa é Cristo", dizia. Ele opunha-se à venda de indulgências, negava dogmas da Igreja e condenava a interferência desta em assuntos temporais. Suas ideias abriram caminho para o surgimento do Anglicanismo.

Wycliffe estudou teologia, filosofia e legislação canônica na Universidade de Oxford, onde depois foi professor. Como teólogo, destacou-se por defender os interesses de seu país contra as demandas de Roma, tornando-se conhecido como patriota e reformista. Ele considerava as práticas da Igreja — basicamente o enriquecimento do clero e as grandes propriedades da Igreja — conflitantes com os ensinamentos de Jesus. Defendia também a ideia de que o Estado deveria assumir a propriedade dos territórios da Igreja e prover o sustento do clero. Considerava que, nos assuntos temporais, o rei estava acima do papa.

Em sua obra *De civili dominio*, Wycliffe criticava o papado de Avinhão, onde estava a sede provisória da Igreja, e condenava veementemente a venda de indulgências. Considerando-se o interesse da nobreza em assumir os bens e o poder da Igreja, compreende-se por que suas ideias e pregações espalharam-se tão rapidamente, fermentando ainda mais o descontentamento já reinante.

O conflito

A Igreja logo passou a censurá-lo e, em 1377, ele foi intimado a explicar-se perante o bispo de Londres. Uma multidão aglomerou-se diante da igreja em apoio a Wycliffe, o que desagradou ao bispo e aumentou a animosidade do clero contra ele. Sua pregação despertou o nacionalismo dos ingleses, que viam com desagrado o envio de recursos para Roma. Em maio de 1377, o Papa Gregório XI expediu uma bula contra Wycliffe, declarando que suas teses eram perigosas. Wycliffe desfrutava de apoio entre a população e no Parlamento, razão pela qual a bula tornou-se inócua.

O Regalismo de Wycliffe

Como vimos, Wycliffe defendia a ideia de que a Igreja não deveria estender seus domínios para além da esfera espiritual, porquanto o Estado — no caso, o rei — é que deveria exercer o poder temporal. Ele firmava suas teses nas Escrituras, que mandavam "dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Nessa linha de raciocínio, ele pregava que todos, inclusive o clero, deviam pagar tributos ao rei e, por isso, a Igreja também devia submeter-se às leis do Estado. Essas ideias

tiveram grande influência nas mudanças preconizadas para a Igreja. Com o passar do tempo, as relações entre Wycliffe e o clero deterioraram-se, e os ataques de ambos os lados cresceram em intensidade. Somente sob o reinado de Henrique VIII em 1534, isto é, dois séculos depois dele, a Igreja passou a ser subordinada ao rei da Inglaterra.

Os lolardos

Wycliffe discordava da maneira rígida como era organizada a hierarquia do clero e defendia que a pobreza devia ser a sua característica. Assim, ele organizou grupos de padres que, mais tarde, foram chamados de lolardos, homens sem consagração formal, porém dedicados a ensinar os princípios do evangelho ao povo. Eles eram itinerantes, deslocavam-se pelo interior da Inglaterra, agrupados de dois em dois, vestidos de longas túnicas, descalços e com cajado nas mãos. Lolardo era um termo pejorativo oriundo do holandês *lollaert*, que significa *murmurador*. O primeiro grupo de lolardos era composto de colegas de Wycliffe na Universidade de Oxford, e Nicholas Hereford deles fazia parte.

A Bíblia Inglesa

Wycliffe desejava colocar a Bíblia nas mãos de todo cristão e na língua nativa de cada um. Não havia uma tradução completa em inglês, e sim partes dela. Wycliffe atribuiu a tarefa a si mesmo, utilizando-se do texto da Vulgata. Embora não tenha trabalhado sozinho, seu prestígio garantiu o êxito da empreitada. Coube-lhe a tradução do Novo Testamento, e a Nicholas Hereford a do Antigo Testamento. John Purvey, secretário de Wicliffe, procedeu à revisão em 1388.

Os críticos do projeto diziam que "a jóia do clero tornou-se o brinquedo dos leigos", significando que o exame das Escrituras não estava ao alcance das pessoas comuns. Wycliffe incumbiu os lolardos de fazerem a divulgação do projeto. Mais de cem anos depois, Lutero seguiria os mesmos passos ao desencadear a Reforma e traduzir a Bíblia para o idioma alemão. É bom ressalvar, porém, que as massas continuavam analfabetas, portanto impossibilitadas de ler as Escrituras.

Somente após a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg em 1455 e as mudanças introduzidas pela Reforma no ensino público, a Bíblia, de fato, passou a ser um livro popular. A hierarquia eclesiástica procurou, por todos os meios ao seu alcance, destruir as traduções feitas por Wycliffe e seus companheiros. Porém, apesar desses esforços,

ainda hoje podem ser encontrados cerca de 150 manuscritos da Bíblia de Wycliffe, como passou a ser chamada a citada tradução. Considerando ser datada do século XV, podemos avaliar quão difundida ela foi, pois exerceu grande influência no idioma inglês, assim como a tradução de Lutero influenciou o idioma alemão. A igreja católica denunciou a tradução de Wycliffe como não autorizada.

Wycliffe caiu em desgraça perante o rei Ricardo II, que atribuiu a ele e aos lolardos uma insurreição popular ocorrida em 1381, e ordenou sua expulsão de Oxford. Ele faleceu em 31 de dezembro de 1384. Seus escritos exerceram grande influência sobre movimentos reformistas como, por exemplo, o de Jan Hus e Jerônimo de Praga (1379–1416).

Em virtude desses movimentos, foi convocado o Concílio de Constança (1414–1418), no qual Wycliffe foi declarado herege e condenado à morte na fogueira. Como ele já havia morrido, o Concílio recomendou que seus restos mortais fossem exumados e queimados. O papa Martinho V cumpriu fielmente a recomendação do Concílio, mandando que suas cinzas fossem atiradas ao Rio Swift, que banha a cidade Luterworth, onde viveu seus últimos anos. Nesse episódio ignóbil, transparece o autoritarismo papal contra quem dele ousasse discordar.

Wycliffe foi chamado de "a estrela dalva da Reforma".

JAN HUS (1369–1415)

Nasceu em Husinec, na Boêmia (atual República Tcheca) em 1369. Foi o mais importante reformador religioso tcheco do século XV. Ainda jovem, ingressou na Universidade de Praga como membro do coral. De origem humilde, às vezes se referia com humor aos tempos difíceis da juventude e reconhecia que ingressara na vida religiosa com o propósito de garantir a própria sobrevivência.

Após se graduar naquela universidade, conseguiu o grau de Mestre, iniciando, ali, a carreira de professor. Como jovem professor, Hus participou da vida universitária e social, porém reconhecia que, "quando o Senhor lhe deu conhecimento das Escrituras, abriu mão das futilidades da vida".

A partir de 1401, Hus toma conhecimento da obra de Wycliffe, tornando-se num entusiástico defensor das ideias do grande teólogo inglês. Ele exerceu importante transição entre a era medieval e o período da Reforma Luterana, antecipando-se a ela por um século inteiro. Convocado a defender suas ideias no Concílio de Constança, recebeu

um salvo-conduto do imperador Sigismundo. Seus seguidores acreditavam ser aquela assembleia uma boa oportunidade para desencadear as grandes reformas de que necessitava a Igreja, porém Hus tinha consciência de que corria perigo em virtude do choque das ideias que se acirravam, pois, àquela altura, ele já era apontado pelos seus inimigos como herege.

O salvo-conduto do imperador não foi de muita valia. Ciente dos perigos que o aguardavam, Hus deixou um documento para ser lido em caso de sua morte. Nesse documento, ele declarava ironicamente que o seu grande pecado era gostar muito de jogar xadrez. Pouco depois de ele apresentar-se para explicar suas ideias, foi acusado formalmente de heresia e passou a ser tratado como prisioneiro. Hus foi acorrentado, levado à assembleia e acusado de divulgar os ensinamentos de Wycliffe. O imperador que lhe concedera salvo-conduto foi convencido a não manter a palavra para preservar um herege.

O Concílio exigiu de Hus uma retratação, mas ele demonstrou firmemente que não podia retratar-se de ideias que nunca esposara. Encarcerado por vários dias, ele não fraquejou. Foi, então, levado até à Catedral de Constança, onde, após ouvir um sermão sobre heresias, vestiram-no com seus trajes sacerdotais e recebeu o cálice para a comunhão. Logo em seguida, arrebataram de sua mão o cálice, despiram-no daqueles trajes e, num cerimonial degradante, cortaram-lhe o cabelo para desfazer a tonsura[1], fazendo-lhe uma cruz na cabeça.

Hus foi condenado e queimado vivo em 1415. Ele morreu cantando os salmos e rogando a Deus misericórdia para os seus inimigos. Era dia 6 de julho de 1415. Um ano depois, seu discípulo e defensor Jerônimo de Praga sofreria a mesma condenação pelo mesmo Concílio. A morte de Hus não logrou calar seus seguidores. A Igreja Moraviana, existente até hoje, é composta de seus seguidores, também conhecidos como Hussitas.

GIROLAMO SAVONAROLA (1452–1498)

Este ardoroso reformador de costumes foi acolhido em 1475 no Convento dos Dominicanos, onde escreveu tratados de teologia e filosofia baseados em Tomás de Aquino e Aristóteles, nos quais se opunha vigorosamente à vida pagã e imoral da sociedade. Savonarola percorreu

[1] Tonsura é aquele corte de cabelo circular no alto da cabeça, usado hoje em dia somente por alguns clérigos. Na época, era usado por todo o clero. Tal corte significava compromisso sacerdotal.

diversas cidades italianas pregando com energia contra a degradação de costumes provocada pela cultura do Humanismo e do Renascimento. Sua influência maior ocorreu em Florença, para onde foi designado como pregador em 1481. Ali, ele, com seu verbo inflamado, atacou os maus costumes na corte dos Médici. Com a derrubada dos Médici, tornou-se o único líder em Florença, instalando ali uma república cristã e religiosa, contrária ao renascimento artístico, onde o jogo e a bebida eram proibidos.

O papa Alexandre VI passou a censurar a intolerância de Savonarola, que ignorou solenemente as advertências do papa, conspirou para sua derrubada e foi excomungado. Prosseguindo com suas pregações contra os maus costumes, Savonarola tornou-se alvo de uma revolta popular comandada por bandos de jovens. A família Médici foi reconduzida ao poder. Savonarola foi preso e enforcado. Há quem diga que o rosto de Savonarola foi retratado por Leonardo da Vinci (1452–1519) no quadro A Última Ceia, onde aparece como Judas Iscariotes.

O CISMA DO OCIDENTE (1377–1417)

Entre as divisões ocorridas na História da Igreja, destaca-se o Cisma ocorrido entre 1377 e 1417. As disputas pelo predomínio político nos países cristãos resultaram no surgimento de três papas.

Tendo o rei Felipe IV de França (1268–1314) decidido cobrar impostos à Igreja, o papa Bonifácio VIII (1235–1303) ameaçou-o de excomunhão. Felipe recua, porém convoca a Assembleia dos Estados Gerais em 1302, que aprova a cobrança. A disputa torna-se acirrada. Em 1303, morre o papa, e o rei pressiona para a escolha de um francês, elegendo Clemente V, que se transfere de Roma para a cidade francesa de Avinhão. Começa, então, o chamado "cativeiro de Avinhão", que duraria até 1377, período em que os papas submeteram-se ao rei da França.

Em 1377, morre o papa Gregório XI. O cardeal de Bari, na Itália, é escolhido papa (Urbano VI) e decide voltar a instalar-se em Roma, decisão esta recusada pelos franceses. Tal discordância resulta na anulação da eleição de Urbano VI. É eleito, então, o cardeal de Genebra, que assume o papado como Clemente VII e decide manter-se em Avinhão. Até 1417, existiriam dois papas, um em Roma, outro em Avinhão.

Os monarcas europeus dividiram-se em apoio aos dois, o que prolongou o Cisma até 1417. Uma tentativa de solução para o conflito acirrou-o ainda mais quando um concílio reuniu-se na cidade de Pisa, na Itália, em 1409/1410, escolhendo um terceiro papa, que não foi aceito pelos dois grupos. A situação só mudou em 1415 com o Concílio de Constança. O papa de Pisa, João XIII foi deposto; o de Roma, Gregório XII, renunciou, e o de Avinhão foi excomungado. Em 1417, um novo papa, Martinho V, foi eleito e reconhecido como único e instalou-se em Roma, terminando, assim, o Cisma do Ocidente.

A CRISE DO FEUDALISMO

A força motriz da economia da Idade Média era a agricultura. A figura preeminente do sistema era o senhor feudal, normalmente um nobre, que, além da posse da terra, tinha domínio absoluto sobre os *servos*, como eram chamados os que nela trabalhavam. Havia um contrato de fidelidade entre senhor e servo. Este não podia fugir dos domínios de seu senhor, que, por sua vez, não podia expulsá-lo. Ao senhor, cabia proteger o feudo contra as invasões, bem como permitir aos servos produzirem para subsistência. As invasões eram frequentes.

Sem proteção, a população que habitava e trabalhava nos feudos poderia ser facilmente dominada pelos invasores. Isso significava dizer que os interesses do senhor e dos servos eram recíprocos, pois um não conseguia sobreviver sem o outro. A agricultura era apenas de subsistência e, normalmente, a produção era dividida por três e, às vezes, por dois, sendo dois terços, ou metade, pertencentes ao senhor. Os excedentes porventura conseguidos eram completamente absorvidos por aumentos de impostos. Havia até mesmo cobrança aos pedestres que transitavam pelas pontes, origem do termo *pedágio*. A criação de gado era insignificante. Portanto, para usar uma linguagem moderna, não havia interesse em aumentar a produtividade, pois esse aumento era absorvido pelos impostos.

A PESTE NEGRA (BUBÔNICA)

A explosão demográfica europeia entre os séculos XI e XIII mais que dobrou a população do continente. O sistema feudal começou a dar

mostras de esgotamento e, a partir do século XIII, a população estava sob a permanente ameaça da fome. O crescimento populacional dinamizou as atividades comerciais — aí incluída a produção de alimentos — e as áreas de cultivo cresceram, provocando o desmatamento. Florestas deram espaço a lavouras e, mesmo assim, não se conseguia atender a demanda por alimentos. A dieta da população empobreceu-a cada vez mais, aumentando o risco de epidemias.

Esse empobrecimento alimentar provocou a peste negra, epidemia que matou quase um terço da população europeia em meados do século XIV. A doença encontrou ambiente mais que favorável à sua propagação nas más condições de higiene da época. Ela era transmitida pelas pulgas, que infestavam os ratos.

Na obra Decamerão, Giovanni Bocaccio descreve-a assim:

> "Em Florença, apareciam no começo, tanto em homens como nas mulheres, ou na virilha ou na axila, algumas inchações. Algumas dessas cresciam como maçãs; outras, como um ovo; cresciam umas mais, outras menos, chamava-as o populacho de bubões."

E prossegue:

> "em seguida o aspecto da doença passou a alterar-se; começou a colocar manchas de cor negra ou lívidas nos enfermos. Tais manchas estavam nos braços, nas coxas e em outros lugares do corpo".

Só em Florença, Bocaccio calcula que morreram mais de 100 mil pessoas. O impacto foi enorme não apenas sobre a mão de obra, mas também sobre a produção cultural, artística e religiosa daquele período. Nesse contexto, os senhores feudais criaram obrigações mais rígidas para os servos, que, já sobrecarregados de impostos, pedágios e compromissos, começam a rebelar-se, e uma onda de revoltas varreu a Europa.

AS GRANDES NAVEGAÇÕES E DESCOBRIMENTOS

Após esse período de incertezas, a população volta a crescer e, juntamente com ela, a agricultura e o comércio. Novamente, a produção dos feudos torna-se insuficiente ao atendimento da demanda alimentar.

O comércio das especiarias, "ouro das Índias", circulava por terra com as caravanas árabes, que alcançavam a Europa via Bizâncio. Os turcos dominaram a região, proibiram o comércio com não muçulmanos e fecharam as passagens para as caravanas. Gênova e Veneza dominaram o Mediterrâneo. Só restava procurar um caminho marítimo para as Índias — procura esta que foi liderada por Portugal e Espanha. Começa, então, a epopeia das grandes navegações. Colombo, navegante genovês a serviço da Espanha, descobre a América em 1492; Vasco da Gama, o caminho para as Índias em 1498; e Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil em 1500. Começa, assim, o século XVI.

A IGREJA NA IDADE MÉDIA

Cabia à Igreja tratar com o destino do homem após a morte. Para tanto, ela ensinava o desapego aos bens materiais e condenava o comércio visando ao lucro. Quanto à propriedade territorial, a organização eclesiástica era a mesma da nobreza. Contudo, enquanto esta dividia seus bens em função de casamentos, heranças, conflitos e alianças, a Igreja preservava-os em virtude do celibato clerical e da presumida ausência de participação em guerras. Além disso, muitos nobres recolhiam-se aos conventos na velhice, legando constantes acréscimos aos bens eclesiásticos.

Logo, a Igreja tornou-se a maior proprietária de terras e a mais poderosa instituição da Europa Ocidental. O papa obteve grande predominância política, e a ele recorriam monarcas e nobres quando em situações conflituosas. Muitos bispos tornaram-se senhores feudais, e o clero adotou postura idêntica à da nobreza no trato com os servos, na divisão territorial e no comportamento social. Os abusos daí decorrentes foram pouco a pouco minando a credibilidade da instituição religiosa.

Quanto à educação popular, a ignorância era generalizada, e o ensino era monopólio da Igreja. O analfabetismo era regra geral na população, e as instituições de ensino existiam em função da nobreza e do clero. O latim era a língua sagrada da Escritura, da liturgia, do culto, dos sacramentos. A missa era celebrada em latim. Para se salvar, o católico devia pagar indulgências. Essa era a teologia do medo. Todos temiam a excomunhão, que, com frequência, levava o herege à forca, às câmaras de tortura ou à fogueira antes mesmo das chamas do Inferno.

Muitas revoltas populares eclodiram em face das desigualdades sociais reinantes como, por exemplo, a dos Jacques em 1358, que durou

um mês, na qual morreram mais de 20 mil camponeses. As revoltas camponesas desse período receberam a denominação genérica de *jaquerias*, originária da expressão *Jacques bonhomme* (Jacques, o simples) alusiva à simplicidade do camponês.

É difícil pesquisar essa fase dolorosa da História da Europa em face do silêncio documental. Os poucos relatos disponíveis como, por exemplo, o do cronista francês Jean Froissart dão conta da crueldade nos combates e a total ausência de misericórdia entre vencedores e vencidos. Na jaqueria de 1358, os jacques, vitoriosos nos primeiros momentos, praticaram todo tipo de violência. A reação da nobreza reverteu os acontecimentos, e os jacques foram tratados com a mesma violência e selvageria que haviam praticado. Foi nesse fértil terreno de ignorância, miséria, desespero, violência e desigualdades sociais que, pouco a pouco, foi pavimentando os caminhos da Reforma, ou — voltando ao quadro pictórico de nosso motor imaginário — o que fez aumentar a compressão que explodiria na Reforma.

HUMANISMO E RENASCIMENTO

O Humanismo não é apenas um corpo filosófico. Trata-se de um processo de aprendizagem que se utiliza da pesquisa e da razão individual em busca da verdade. Esse processo abriu espaço para a investigação científica. Matemática, Física, Medicina, Astronomia, Engenharia e outros ramos do saber alcançaram níveis sem precedentes. A ciência floresceu com o Renascimento, e, nos séculos XV e XVI, artistas e escritores trouxeram de volta valores humanistas que prevaleciam na cultura greco-romana.

O desenvolvimento intelectual tomou por base o antropocentrismo (o homem é o centro de tudo) — premissa esta que definiu o crescimento das artes e da ciência nesse período. Abriu-se espaço para a investigação, a razão individual, a evidência empírica, o debate teórico e racionalista e para a consolidação definitiva dos conceitos científicos. A Teologia, mesmo mantendo seu próprio espaço, deixou de ser a rainha das ciências, cedendo lugar à pesquisa racional e idônea. Nesse período, foram inventados os primeiros instrumentos científicos dignos de serem assim chamados. Descobriram-se as leis naturais, e a face do planeta foi sendo desvendada em virtude das grandes navegações e dos descobrimentos. Firmou-se a dignidade do homem.

Surge um novo estilo de vida resultante não mais da busca pelo transcendental, mas, sim, estribado no progresso da ciência. A natureza passa a ser investigada pelo homem e não apenas contemplada como obra do Criador, desenvolvendo-se, por isso, uma nova atitude perante a vida. Uma nova cosmovisão, agora antropocêntrica e racionalista, confere ao homem o papel de árbitro da vida. O artista deixa de ser apenas um artesão, e a educação passa a valorizar o talento individual. Essa nova cosmovisão trouxe grande impulso às ciências e às artes. Por essa razão, o Renascimento é considerado o marco inicial da ciência como a compreendemos modernamente. Esse novo cenário científico e teológico serviu de fundo à cosmovisão luterana.

2

EXPLOSÃO DA REFORMA – EXPANSÃO E DESCARGA (TERCEIRO E QUARTO TEMPOS) DO NOSSO MOTOR IMAGINÁRIO

LUTERO

No fim do século XV, a Igreja estava madura para grandes transformações. Faltava-lhe, porém, um líder. E eis que surge Martinho Lutero (1483–1546), monge agostiniano alemão, que, reagindo ao dominicano Johann Tetzel (1465–1519), o vendedor de indulgências, expôs sua reação na igreja do Castelo de Wittenberg sob a forma de *95 Teses*, confrontando normas e doutrinas católicas. Sobre ele, assim se expressa Kenneth Scott Latourette (1884–1968), conhecido autor de *Uma História do Cristianismo* (1938):

> "Martinho Lutero é usualmente, e corretamente, o principal pioneiro do que chamamos protestantismo. O protestantismo era e é multiforme. Ele tem diversas fontes, e se espalhou quase simultaneamente em diversos países. Alguns de seus formuladores mais antigos viveram em épocas próximas. A ele vieram contribuições de diversos fatores além da Bíblia, como o pensamento de Agostinho de Hipona, o nacionalismo, o humanismo, o surgimento da bourgeoisie ou classe média, o zelo por reforma moral, disciplinas místicas, e movimentos dissidentes da pré-reforma, como os Lolardos, Hussitas e Valdenses. Todavia, Lutero foi o primeiro líder proeminente. Ele se tornou a personalidade distintiva dominante na origem e na moldagem do luteranismo, uma das maiores formas do protestantismo, e sua influência foi mais ou menos poderosa em quase todas as outras expressões desse movimento."

Assim sendo, não se pode conhecer a Reforma sem conhecer o papel desse homem de fé a quem Latourette chama de pioneiro do protestantismo. Os princípios éticos do Livro Sagrado passaram a ser ensinados e difundidos por toda parte. A invenção da imprensa por Guttenberg pouco antes da Reforma muito contribuiu para que se alcançasse o propósito de tornar a Bíblia um livro ao alcance de toda a cristandade.

A VENDA DE INDULGÊNCIAS NA ALEMANHA

A fim de levantar recursos para a construção da Basílica de São Pedro em Roma, o Papa Leão X determinou a venda de indulgências. Para recolher esse dinheiro na Alemanha, foi designado Johann Tetzel. Lutero, já descontente com a imoralidade e desrespeito do clero pelas coisas sagradas, como vimos anteriormente, reagiu à pregação de Tetzel com as suas *95 Teses*, afixando-as na Igreja de Wittenberg. Através das indulgências, a Igreja oferecia salvação por meio das obras e não da fé, contrariando os textos bíblicos de Habacuque 2.4, Romanos 1.17, Gálatas 3.11 e Hebreus 10.38. Era o dia 31 de outubro de 1517.

A atitude de Lutero desencadeou uma reação em cadeia favorável tanto dentro quanto fora da Igreja, pois, desde os tempos de Wycliffe e Huss, a nobreza, as populações europeias e parte do clero estavam descontentes com os desmandos existentes na Igreja. Para dar uma ideia dos elevados interesses financeiros em jogo dentro da hierarquia eclesiástica, veja-se o episódio envolvendo Alberto de Brandenburgo (1490–1545), arcebispo que desejava controlar a rica província eclesiástica de Mainz. Para tanto, ele necessitava da permissão do Papa Leão X, pois já controlava outras duas, o que lhe era vedado. A permissão foi-lhe concedida mediante o pagamento de elevada quantia levantada por empréstimo junto aos Fuggers, ricos banqueiros alemães. O dinheiro seria para ajudar na construção da Basílica de São Pedro. Em garantia, o papa expediu uma bula autorizando a venda de indulgências na Alemanha. Metade da quantia arrecadada seria entregue ao papa, e a outra metade pagaria o empréstimo.

Era a gota que faltava para transbordar o cálice da indignação de Lutero. Logo surgiram seguidores por toda a Europa como, por exemplo, João Calvino (1509–1564), Ulrico Zuínglio (1484–1531), Filipe Melâncton (1497–1560), Menno Simons (1496–1561), Hans Tausen (1494–1561), os irmãos Olavo Petri (1493–1552) e Lourenço Petri (1499–1573), na França, Suíça, Holanda, Hungria e países escandinavos.

Lutero foi excomungado pelo papa e escapou da morte na fogueira graças à proteção de Frederico III, Eleitor da Saxônia[1] (1463–1525), que simpatizava com as suas ideias.

Ameaçado de morte, ele escondeu-se sob a proteção de seus seguidores e admiradores, aproveitando esse tempo de "exílio" para traduzir a Bíblia para o alemão, tal qual fizera Wycliffe para o inglês, abrindo-a ao exame de todos. O desejo de conhecer as Escrituras produziu uma corrida das massas ignorantes em busca de alfabetização, abrindo caminho para o desenvolvimento cultural da Europa. Considera-se que essa tradução foi tão importante para a Alemanha quanto a versão King James (1611) o foi para a Inglaterra.

A Reforma espalhou-se rapidamente pela Europa e, com essa expansão, houve uma mudança radical nos países que a acolheram. O conceito do lucro, antes combatido pela igreja católica, foi aceito e aperfeiçoado pelos reformadores, daí resultando grande impulso ao desenvolvimento econômico. Novos conceitos em Economia geraram profun-

[1]Eleitores, ou Príncipes-eleitores, eram os mais importantes donos de terras que, reunidos em um colégio eleitoral, escolhiam o imperador do Sacro Império Romano-Germânico.

das mudanças sociais. O sociólogo alemão Max Weber (1864–1920), estudioso de Economia e de Sociologia da religião, escreveu diversos artigos sobre a influência da Reforma no aperfeiçoamento do Capitalismo. Seus artigos foram publicados sob o título "*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*".

A REFORMA E A EDUCAÇÃO PÚBLICA

As principais lideranças da Reforma defendiam a educação pública obrigatória como direito do cidadão, pelo menos ao nível elementar. Ela deixaria de ser apenas interesse da Igreja para ser um dever do governo civil. Naqueles tempos pós-medievais, ainda não se consolidara o conceito de Estado. Entretanto, já existiam as cidades, a cujos governantes caberia aquela obrigação na visão de Lutero e de seus companheiros. A feliz coincidência da invenção da imprensa meio século antes ajudou grandemente na conquista desse arrojado objetivo. O propósito dos reformadores era não só disseminar como também diversificar o alcance da instrução pública, que deveria, além dos ensinamentos religiosos, abranger conhecimentos mais amplos, tais como, por exemplo, Política, Economia e instrução social.

A escola deveria proporcionar melhor nível de escolaridade ao povo, que o ajudasse não só a ler e entender a Bíblia, mas também a administrar suas finanças e discernir os avanços sociais que já se manifestavam a partir do Renascimento. Uma das queixas de Lutero contra o empobrecimento cultural de seu tempo era o fato de, mesmo com o povo não compreendendo bem o próprio idioma, em virtude do alto índice de analfabetismo, a celebração da missa era em latim, dificultando a compreensão das Escrituras. Para ele, a liturgia deveria valorizar a língua vernácula. Foi com esse objetivo em mente que se empenhou na tradução da Bíblia. Portanto, pode-se dizer que a instrução pública foi o maior veículo de divulgação da Reforma. Onde ela chegava, desenvolvia-se uma nova mentalidade: cidadãos éticos, instruídos e moralmente íntegros. Lideranças honestas caracterizavam os novos tempos, mobilizando a todos no desejo de aprimorar o ambiente social onde se achavam. Corações e mentes voltados para o bem-estar coletivo tanto espiritual quanto social. Algo semelhante ao escrito do rei Salomão em Provérbios 29.2: "Quando os justos se engrandecem, o povo se alegra, mas, quando o ímpio domina, o povo suspira". Com a Reforma, o povo não só se alegrava, como também prosperava.

CALVINO

A Reforma foi violentamente combatida em muitos países da Europa, e milhares de protestantes foram presos e mortos pela Inquisição, que analisaremos mais adiante. Na França, cujos reis eram tradicionais aliados da igreja católica, muitos foram perseguidos e presos, o que provocou uma forte migração para a vizinha Suíça. Entre os migrantes, estava João Calvino, que, na Suíça, conheceu de perto a literatura clássica grega e os ideais humanistas, a partir dos quais desenvolveu a sua própria Teologia. Mesmo mantendo os princípios formulados por Lutero, Calvino desenvolveu uma interpretação própria concernente à doutrina da predestinação. Ele sustentava que Deus, onisciente que é, conhecia antecipadamente os que seriam salvos ou não. A graça era o caminho para a salvação, e não a fé, como ensinava Lutero. Esta era o sinal de que o fiel estava predestinado à salvação. Conquanto em parte divergisse de Lutero, a doutrina de Calvino tornou-se muito popular na Suíça, lugar onde ele passou a viver. Quando alguém perguntava se era ou não predestinado à salvação, ele respondia simplesmente com o sucesso pessoal do fiel. Sendo bem-sucedido, o favor de Deus estava com ele e, portanto, o tal era um predestinado. O contrário também era verdade: não sendo próspero, não o era.

Refletindo essa doutrina, os calvinistas — conhecidos na França como huguenotes —, ao contrário dos católicos, defendiam a riqueza pessoal. Para eles, o lucro era bênção. Para os católicos, pecado. Assim, a burguesia, a classe média que surgia, converteu-se quase toda ao calvinismo, e a Reforma espalhou-se rapidamente pela Europa, provocando guerras e conflitos de interesses. Tudo isso repercutiu nas colônias das Américas, pois a Holanda, que se libertara da Espanha, criara a Companhia das Índias Ocidentais para, através do comércio, dominar colônias espanholas e portuguesas.

REFORMA CATÓLICA, CONTRARREFORMA E INQUISIÇÃO – INÁCIO DE LOYOLA E A SOCIEDADE DE JESUS

O aprimoramento da instrução pública, a insatisfação generalizada com os escândalos e a decadência moral do clero incumbiram-se de propagar a Reforma. De 1517 a 1545, o protestantismo estabeleceu-se na Alemanha,

França, Escandinávia, Suíça, Inglaterra e Escócia. Esse vigoroso crescimento produziu dois tipos de reação na liderança católica: 1) corrigir as distorções existentes através de medidas disciplinares e doutrinárias; e 2) impedir, por todos os meios, o avanço do protestantismo. As medidas da categoria 1 geraram o que alguns historiadores chamam de Reforma da Igreja Católica; as da categoria 2, a chamada Contrarreforma.

Em 1559, o papa Paulo IV criou o Index Romano dos Livros Proibidos. Autores como Erasmo de Roterdão (1466–1536) e edições protestantes da Bíblia foram incluídos no Index, que, a partir de 1571, teve uma congregação destinada a mantê-lo atualizado. O Index só foi abolido em 1966.

Entre as diversas tentativas de promover mudanças na Igreja — medidas da categoria 1 — destaca-se o Oratório do Amor Divino, uma organização informal de clérigos e leigos que buscavam aprofundamento da vida espiritual e estabelecimento de obras de caridade. Membros dessa organização tornaram-se célebres como, por exemplo, Giovanni Pietro Caraffa (1476–1559), eleito Papa Paulo IV, e Gaetano de Tiene, considerado inspirador dos papas reformadores. Alguns desses clérigos, que reconheciam os abusos dentro da Igreja, tornaram-se cardeais e concordavam que a conduta de pontífices e cardeais corruptos entristecia os fiéis e causava escândalos.

Liderando o movimento denominado Contrarreforma — medidas da categoria 2 — destacou-se uma nação fervorosamente católica e leal a Roma: a Espanha. Lá se organizou a Inquisição, um órgão de extermínio sob a liderança de Tomás de Torquemada. Foi lá, também, que nasceu a Sociedade de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola (1491–1556), fidalgo e militar convertido ao catolicismo depois de gravemente ferido em combate por um tiro de canhão.

Longamente hospitalizado, Loyola dedicou-se a leituras religiosas que o levaram a meditações e exercícios espirituais. Recuperado, embora com sequelas, viajou à Terra Santa e, ao regressar, entrou para a Universidade de Paris. Em 1534, ele e mais seis companheiros criaram o núcleo daquela nova ordem religiosa, finalmente aprovada pelo papa em 1540. Em 1548, Loyola escreveu uma obra intitulada *Exercícios Espirituais*, destinada a orientar o desenvolvimento espiritual dos novos membros da ordem. Foram várias semanas dedicadas a meditar na vida, no pecado, na morte e na ressurreição de Cristo. Os noviços robusteciam-se espiritualmente com essas meditações e exercícios.

A rígida disciplina militar também fazia parte da formação dos jesuítas, como eram chamados os discípulos de Loyola. Os "recrutas" eram considerados aptos a servir à Igreja depois de concluído o período de formação, guardando absoluta obediência ao papa e ao superior da Ordem. Deviam também preservar a pureza, a pobreza e a castidade. A Ordem tinha como principais objetivos educar, combater a heresia e empreender missões. Ainda hoje, algumas das mais importantes instituições de ensino da igreja católica são dirigidas por jesuítas. A Ordem contava com os meios de coerção criados pelo papa, a saber: o Index e a Inquisição.

Dotada de material doutrinário organizado pelo Concílio de Trento (1545–1563) e contando com os fiéis missionários jesuítas, a Igreja consegue deter a expansão protestante a partir de 1560.

É interessante observar as diferentes reações que os desmandos clericais produziram em Loyola e em Lutero. Neste, as divergências conduziram à revolta contra Roma, que produziu a Reforma; naquele, geraram devoção ao papado, resultando na criação da Companhia de Jesus e na proposta de efetuar reformas na Igreja. Lutero e Loyola foram contemporâneos, sendo este um pouco mais velho. Pode-se concluir que a aflição espiritual produzida nos fiéis pelos descaminhos da Igreja alcançou clérigos e leigos, que, de diferentes maneiras, conseguiram promover as mudanças que precisavam acontecer.

A GUERRA DOS 30 ANOS

A profunda crise da igreja católica no século XV deveu-se ao comércio das indulgências e à decadência moral do clero. Em 1517, afixando as *95 Teses* à porta da Igreja de Wittenberg, Martinho Lutero deu o passo definitivo para a Reforma, que se desenhara durante, pelo menos, dois séculos.

Com o evento de Wittenberg, cresceu a insatisfação com o catolicismo, dando início aos esforços do Papa e do Imperador Carlos V para enfrentar o movimento protestante. A partir de meados do século XVI, a Europa dividiu-se em dois grupos religiosos hostis: católicos e protestantes. Pela Paz de Augsburgo, selada em 1555 entre os dois grupos, quem se convertesse ao protestantismo devia mudar-se para uma cidade onde o príncipe fosse protestante, podendo, ao mudar-se, vender suas terras.

Em Augsburgo, os calvinistas não foram reconhecidos e, tendo conquistado partes da Alemanha e do Palatinado (território da Alemanha pertencente ao Conde Palatino, Estado independente desde o século XIII), desejavam reconhecimento. Por causa dessas e doutras divergências, protestantes e católicos, temendo o fracasso do acordo de Augsburgo, arregimentaram-se sob as denominações de União Evangélica e Liga Católica. O ambiente de intolerância recíproca produziu a grande explosão que veio depois.

Calvino opunha-se ao uso de qualquer outro meio, que não a lei, para conquistar a liberdade de culto. Não obstante, o calvinismo tornou-se uma respeitável força política. Sua atuação contrariava o princípio mais importante das monarquias absolutas: "Um rei, uma lei, uma fé". A militância calvinista na França — os huguenotes — constituiu-se virtualmente num Estado dentro do Estado. Não só dispunha de forças militares, mas até negociavam com a própria monarquia. Membros da pequena nobreza aliaram-se ao calvinismo com o propósito de fazer valer seus direitos, às vezes negados pela realeza. Desse modo, o movimento calvinista passou a receber o apoio não só da burguesia, como também de muitos senhores feudais que se opunham ao rei.

Os católicos eram maioria tanto na alta nobreza quanto entre funcionários públicos e camponeses. Em pouco tempo, formou-se um ambiente propício ao rompimento de hostilidades. A ruptura ocorreu em 1562 e desencadeou a Contrarreforma em toda a Europa. Forças políticas e religiosas fanáticas de diferentes origens uniram-se em ambos os lados, pois o que se passava na França ocorria por toda a Europa, que se viu envolvida numa guerra político-religiosa de mais de 30 anos (1562–1598).

As forças católicas, sob o comando de Francisco, Duque de Guise (1519–1563), incluíam espanhóis e tropas do Papa. Os huguenotes, comandados por Coligny (1519–1572), contavam com tropas inglesas, alemãs e do Palatinado. Os eventos desencadeados por essa guerra desembocaram em diversos tratados que, a partir de 1648, ficaram conhecidos como a Paz de Vestfália, que estabilizou o mapa político e religioso da Europa. Historiadores consideram que, através da Paz de Vestfália, surgiu o Estado-nação como hoje o conhecemos.

CASAMENTO DE MARGARIDA DE VALOIS COM HENRIQUE IV DE NAVARRA – A NOITE DE SÃO BARTOLOMEU

Na França (católica), a rainha Catarina de Médici (1519–1589), viúva de Henrique II de França (1519–1559), reinava em lugar do filho, Carlos IX (1550–1574), que subira ao trono com apenas 10 anos de idade. Carlos era influenciado pelo almirante Gaspard de Coligny, huguenote. Após frustradas tentativas de casar a filha, Margarida de Valois (1553–1615), com algum príncipe europeu, Catarina de Médici concordou no casamento dela com Henrique de Navarra (1553–1610), jovem líder do Partido Protestante. A mãe de Henrique, Joana III D'Albret (1528–1572), ferrenha defensora dos huguenotes, em vão tentou converter Margarida ao protestantismo, mas finalmente concordou com o casamento mediante pagamento de um dote considerável. O casamento aconteceu em 24 de agosto de 1572.

A pretendida reconciliação entre católicos e protestantes mediante o casamento revelou-se uma farsa. Coordenada pela rainha Catarina de Médici, desencadeou-se uma ação que resultou no assassinato de líderes protestantes e um verdadeiro massacre dos huguenotes que se reuniram em Paris para a festa do casamento. Esse trágico episódio ficou conhecido como "A Noite de São Bartolomeu" por haver ocorrido no dia dedicado ao santo católico. O massacre estendeu-se por toda a França e calcula-se que foram mortos mais de 20 mil huguenotes, entre os quais o seu líder, o almirante Gaspard de Coligny.

Henrique de Navarra converteu-se ao catolicismo e subiu ao trono francês como Henrique IV. É atribuída a ele a declaração "Paris vale bem uma missa", que, de algum modo, explica sua conversão. Durante seu reinado, foi proclamado o Edito de Nantes (13 de abril de 1598) que garantiu liberdade de culto aos huguenotes. Em 1648, a Paz de Vestfália pôs fim ao longo período de guerras religiosas na Europa. O protestantismo predominou na Alemanha, Escandinávia, Suíça, Holanda, Inglaterra e Escócia. E o catolicismo na Itália, França, Espanha, Portugal, Áustria e Bélgica.

Mais tarde, em 1685, o Edito de Nantes foi revogado pelo rei Luís XIV sob a influência dos cardeais Mazzarino e Richelieu, que convenceram o rei pela revogação. Segundo eles, os protestantes converteram-se novamente ao catolicismo, tornando o edito desnecessário.

Postos na ilegalidade pelo Edito de Fontainebleau, os huguenotes sofreram forte perseguição, e mais de 500 mil espalharam-se por toda a Europa, levando consigo seus recursos e suas habilidades artesanais. Eles alcançaram a África do Sul, onde implantaram a indústria vinícola. Muitos migraram para as 13 colônias inglesas da América do Norte, onde se tornaram pioneiros da indústria e heróis da Guerra da Independência dos Estados Unidos. A dispersão dos huguenotes foi ruinosa para a França e reacendeu as guerras religiosas na Europa.

3

REFLEXOS DAS GUERRAS RELIGIOSAS NAS COLÔNIAS – INVASÕES E GUERRA DE CORSO

INVASÕES E CORSO

A propagação da Reforma nas colônias ocorreu como uma espécie de ressonância aos eventos nas metrópoles. Às vezes, defasados no tempo em virtude das grandes distâncias e das dificuldades de comunicação da época, ainda assim poderiam ser representados pelos mesmos ciclos motores de que nos valemos nas partes 1 e 2.

A obra missionária também produziu expressivos resultados na propagação da Reforma, especialmente a partir do século XIX. Todavia, em face de sua extensão e abrangência, ela não fará parte do escopo deste livro.

O corso era um tipo de guerra naval de que se valiam os Estados quando ainda não possuíam marinhas regulares. Ele funcionava da se-

guinte maneira: o rei concedia uma "carta de corso" a um particular, que ficava autorizado a atacar e saquear navios da nação beligerante, impedindo ou dificultando o comércio ultramarino. O saque e a pilhagem davam lucro a essas empreitadas, lucro esse compartilhado com o rei, que ficava com a parte maior. O pirata era um assaltante do mar, que atuava por conta própria; o corsário era um pirata parceiro do rei. Guerras religiosas, invasões e guerras de corso repercutiram nas Américas em virtude da existência aqui das colônias de países europeus beligerantes.

Os huguenotes invadiram o Brasil em 1555, buscando não só um lugar onde pudessem praticar sua fé com liberdade, como também ampliar o poder político de que já dispunham na França. A Holanda, que, com a Paz de Vestfália, tornara-se nação livre, libertando-se da Espanha, criou a Companhia das Índias Ocidentais, para, por meio dela, expandir o comércio, conquistar mercados e dominar colônias espanholas e portuguesas.

O fracasso das tentativas francesas de invasões fez aquele país utilizar-se também da guerra de corso, com ataques no nosso mar e em cidades litorâneas, como veremos mais adiante. Ficaram célebres os corsários franceses Jean-François Duclerc (morto em 1711), René Duguay-Trouin (1673–1763) e os ingleses Thomas Cavendish e James Lancaster. No mar do Caribe, eram chamados de Bucaneiros e Flibusteiros.

O CATOLICISMO COMO RELIGIÃO OFICIAL DO BRASIL

A igreja católica e o Estado eram fortemente integrados na Península Ibérica desde a Idade Média. Se o governante professava o catolicismo, ele exercia controle sobre a Igreja através do *padroado*, ou *patronato real*, que consistia numa delegação de competência feita pelo papa, dando ao rei poderes para administrar as atividades eclesiásticas em seus domínios. O rei nomeava párocos, propunha nomes de bispos, recolhia dízimos e donativos em nome da Igreja e autorizava, ou não, a entrada de ordens religiosas no país e nas colônias. O rei, portanto, era investido do poder político, que lhe era inerente, e parte do poder religioso. Em contrapartida, ele devia construir os templos, provendo-os de todas as necessidades do culto e pagar o salário dos sacerdotes.

O padroado era também uma espécie de recompensa concedida ao rei pelos seus esforços em expandir o catolicismo. O descobrimento do

Brasil, por exemplo, resultou de um empreendimento compartilhado entre Portugal e a Igreja. Portugal forneceu os navios e os navegantes, a Igreja os sacerdotes, e assim surgiu uma nova civilização em terras antes habitadas por silvícolas. O regime de padroado entre nós permaneceu após a independência e perdurou até a Proclamação da República em 1889.

A REFORMA CHEGA AO BRASIL

É importante conhecermos os eventos ocorridos nos primórdios da nacionalidade para melhor compreendermos alguns fenômenos políticos de hoje, reflexos dos tempos coloniais. Para conhecermos a presença entre nós da fé reformada, recorreremos ao historiador presbiteriano Alderi Souza de Matos, profundo conhecedor do assunto. Professor do Instituto Presbiteriano Mackenzie, teólogo, historiador, Matos possui, entre seus muitos títulos, o de Doutor em História da Igreja, conferido pela Universidade de Boston. Ele é responsável pela página de História da Igreja: http://www.mackenzie.br/historia_igreja.html, onde colhemos as informações que seguem.

CONTEXTO POLÍTICO E RELIGIOSO NO BRASIL, DO DESCOBRIMENTO À INDEPENDÊNCIA

Em 1549, Portugal adotou para o Brasil Colônia o sistema de governo-geral, em virtude do rotundo fracasso do sistema de capitanias hereditárias. Naquele ano, chegou a Salvador, então capital do Brasil, o primeiro governador-geral, Tomé de Souza (1503–1579). Com ele, também teve início a catequese dos silvícolas, a cargo dos jesuítas, os quais, como já vimos, tinham a missão de deter a Reforma. Esta já se espalhava pela Europa, provocando o declínio do catolicismo e a redução das imensas propriedades territoriais da Igreja. A propósito, a ampliação das propriedades dos jesuítas e a escravização de índios provocaram, mais tarde, a expulsão destes de todos os territórios portugueses, por determinação do Marquês de Pombal (1699–1782), primeiro-ministro do rei D. José I (1714–1777). Esse ato deu-se em decorrência de um dos efeitos da Reforma, que foi, em muitos países, o reconhecimento da submissão ao rei de todas as entidades sociais, in-

clusive a Igreja. Mais adiante, detalharemos um pouco mais o papel de Pombal no período português dos chamados "déspotas esclarecidos" (ou *ilustrados*).

FRANCESES NO RIO DE JANEIRO (1555–1567)

Em 1555, o Rio de Janeiro foi invadido por uma expedição francesa comandada por Nicolas Durand de Villegagnon (1510–1571), amigo do almirante Gaspard II de Coligny (1519–1572), simpatizante da Reforma e de Calvino. Coligny seria assassinado anos depois na Noite de São Bartolomeu.

Villegagnon aderiu inicialmente à Reforma e pediu a Calvino que enviasse colonos e pastores que pudessem ajudar no empreendimento sob seu comando. O pedido foi aceito, e cerca de trezentos colonos huguenotes chegam ao Rio de Janeiro em 1557, liderados por Pierre Richier (1506–1580) e Guillaume Chartier. Também fazia parte desse grupo Jean de Léry (1536–1613), que, em 1578, escreveu o livro *História de uma Viagem Feita à Terra do Brasil*, também Chamada América, publicado na França. Inicialmente, o grupo conquistou uma pequena ilha chamada pelos indígenas de Serigipe, onde foi celebrado o primeiro culto protestante no Brasil e nas Américas em 10 de março de 1557. Serigipe, hoje chamada Ilha de Villegagnon, é sede da Escola Naval que fica no centro do Rio de Janeiro, onde existe um memorial alusivo a esse culto (ver Capítulo 2).

Divergências entre Villegagnon e os reformados provocaram a expulsão do grupo, mandado de volta à França. Problemas com o navio que os reconduzia, eles obrigaram o retorno de cinco dos passageiros a terra: Jean de Bourdel, André Lafon, Jacques Le Balleur, Mathieu Verneuil e Pierre Bourdon. Villegagnon submeteu-os a um questionário, que foi respondido através de um documento denominado Confissão de Fé da Guanabara (ver Capítulo 3). Três deles foram executados. André Lafon foi poupado por exercer a profissão de alfaiate, o único da colônia, e Jacques Le Balleur fugiu para São Vicente, sendo mantido preso até 1567, quando foi enforcado pelos portugueses após a expulsão definitiva dos franceses. (Ver "*A canonização de Anchieta*" – Apêndice 6).

HOLANDESES NO NORDESTE (1630–1654)

Em 1568, terminada a Guerra dos 30 anos, a emancipação das Províncias Unidas dos Países Baixos do domínio espanhol deu surgimento

a uma nova nação calvinista: a Holanda. Visando dominar colônias espanholas através do comércio, a Holanda criou a Companhia das Índias Ocidentais. A partir de 1580, Portugal passou ao domínio espanhol com a morte do cardeal D. Henrique (1512–1580), que assumira o trono português como regente. Sua morte desencadeou acirrada disputa entre vários pretendentes ao trono. Prevaleceu o rei da Espanha, Felipe II (1527–1598), não somente por ser neto do rei de Portugal, D. Manuel I, o Afortunado (1469–1521), mas principalmente pela intervenção do exército espanhol.

A fim de conter o ímpeto expansionista de Felipe II, ingleses, franceses e holandeses promoveram ataques às colônias espanholas. Os holandeses foram os mais bem-sucedidos. Eles invadiram Salvador em 1624, de onde foram expulsos, sem, no entanto, desistirem de seus intentos. Em 1630, eles tomaram Olinda e Recife e, nos cinco anos seguintes, expandiram seus domínios por vasta extensão do nordeste. Destaca-se, nesse período, a figura notável de um administrador holandês, João Maurício de Nassau-Siegen (1604–1679), que governou o território conquistado de 1637 a 1644. Nassau promoveu a liberdade religiosa, incentivou as artes e as ciências e instalou uma igreja estatal nos moldes da Igreja Reformada da Holanda.

Durante o período de dominação, essa Igreja destacou-se pela ação missionária entre os indígenas e pelas obras de beneficência. Não obstante, manteve-se o sistema de escravidão negra, o que contrariava os princípios por ela esposados. Durante os 24 anos de dominação holandesa, as igrejas contaram com 50 pastores, além de pregadores auxiliares, "consoladores de enfermos" e professores de escolas paroquiais. Em 1644, Nassau renuncia devido a divergências com a direção da Companhia. Na ocasião, preparava-se uma tradução da Bíblia, um catecismo, bem como a formação de pastores indígenas. No ano seguinte, começa a chamada Insurreição Pernambucana, que culmina com a expulsão definitiva dos holandeses em 1654.

A partir de então, fica proibida a entrada de protestantes no Brasil, proibição esta que durou até 1808 quando da transferência apressada da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, fugindo da invasão napoleônica. A fuga deu-se sob a proteção da esquadra inglesa, tendo a Inglaterra exigido, como compensação, a abertura dos portos às nações amigas e autorização para a prática entre os do culto anglicano.

O ILUMINISMO EUROPEU

A cosmovisão, entendido esse termo como a maneira segundo a qual alguém vê ou interpreta a realidade, passou por profundas mudanças à medida que o conhecimento avançava, principalmente após a ruptura com o geocentrismo aristotélico. O Iluminismo é o período da História do pensamento ocidental que vai de meados do século XVII até o século XVIII. Também conhecido como Século das Luzes, seu embrião foram as ideias de pensadores e filósofos como Baruch Espinoza (1632–1677), John Locke (1632–1704), Pierre Bayle (1647–1706) e Isaac Newton (1643–1727).

O Iluminismo, de fato, nasceu e cresceu na França com a edição da grande *Enciclopédia* (1751–1772) editada por Denis Diderot (1713–1784) e Jean le Rond d'Alembert (1717–1783) e contribuições de intelectuais como Voltaire (1694–1778) e Montesquieu (1689–1755). O Iluminismo promoveu grandes mudanças na ciência, na filosofia e na política. Essa verdadeira revolução baniu de vez a cosmovisão medieval e introduziu novas concepções de vida e de sociedade no ocidente. O pensamento iluminista culmina com a Revolução Francesa de 1789. A hierarquia social vigente nas monarquias, os privilégios e o poder da Igreja Católica foram, aos poucos, sendo substituídos por uma nova ordem social e política baseada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

O despontar de novos conceitos científicos pouco a pouco foi minando a velha concepção de que a Terra era o centro do universo e que este girava em torno dela. Essa visão geocêntrica do cosmos, vigente desde Aristóteles, foi sustentada pela Igreja por quase 2 mil anos. Considerando-se as limitações que a religião impunha ao pensamento, pode-se avaliar com que força as mudanças propostas pelos astrônomos foram bloqueadas pela Igreja. Não obstante, a ciência passou a explicar, através da matemática, da física e da química, fenômenos da natureza que antes eram insuficientemente explicados pela religião. A filosofia tornou-se independente da teologia, com métodos próprios e autoridade para desafiar velhos princípios. D'Alembert, figura central do Iluminismo francês, caracteriza o século XVIII como "o século da filosofia por excelência", em face do progresso intelectual, do avanço da ciência e da melhoria de vida que o conhecimento científico proporcionou.

Com o Iluminismo, os homens de pensamento começam a examinar as questões sociais sob a ótica racional. A sociedade, pensavam eles, pode ser regida por leis sociais, assim como o universo o é por leis que se demonstram pela matemática e pela razão. Esse período vai aproximadamente de 1715, término da Guerra da Sucessão Espanhola, a 1789, início da Revolução Francesa. Foi uma época de grande efervescência intelectual. Na Europa, destacaram-se como líderes os filósofos franceses, entre os quais Voltaire, Montesquieu, Diderot, Jean-Jacques Rousseau (1712–1778) e outros que inspiraram as grandes mudanças introduzidas pelos chamados "déspotas esclarecidos" (ou ilustrados): Frederico II da Prússia (1712–1786), Catarina II da Rússia (1729–1796), José II da Áustria (1741–1790), Filipe V de Espanha (1683–1746) e Marquês de Pombal (1699–1782), de Portugal. Ecos dessa nova cosmovisão chegaram às colônias inglesas da América do Norte, que buscavam o caminho da ruptura com o colonialismo inglês.

O ILUMINISMO AMERICANO – ROGER WILLIAMS (1603–1683)

O Iluminismo serviu de base filosófica e intelectual à Revolução Americana. É verdade que o pensamento iluminista surgiu nos salões de Paris e Berlim; mas não é menos verdade que a sua aplicação prática ocorreu na América do Norte, onde a efervescência das novas ideias preparava o caminho para a instalação de uma sociedade democrática.

Estudiosos da História americana reconhecem em Roger Williams o mentor intelectual daquela Revolução, pois, embora conhecido como teólogo, ele foi muito mais um articulador do pensamento político. Aliando princípios cristãos às teorias iluministas, ele divergia dos Puritanos, que desejavam mudanças sociais a partir da Igreja Anglicana, ligada profundamente ao Estado. Williams, ao contrário, defendia a separação entre a Igreja e o Estado. Para ele, o que acontecia dentro da Igreja nada tinha a ver com o que ocorria no Estado e vice-versa. Desse modo, Williams atraiu aliados de peso como, por exemplo, Benjamin Franklin, John Adams, Thomas Jefferson, James Madison, Alexander Hamilton e outros. Foi sobre esta base de pensamento iluminista que brotou o republicanismo e também uma nova geração de políticos cristãos, éticos e comprometidos com o bem-estar social.

REFLEXOS NO BRASIL

Foram poucos e muito esparsos os reflexos desse período no Brasil. A circulação de ideias na colônia era insignificante. Até 1808, era terminantemente proibida a impressão de livros e jornais. Essa proibição enquadrava-se no espírito da época, pois tradições portuguesas dão conta de que existiam poucas pessoas alfabetizadas na corte. Há quem diga que D. Diniz foi o primeiro rei de Portugal que sabia assinar o nome. Entretanto, por necessidades administrativas, com a chegada da corte portuguesa em 1808, foi criada a Imprensa Régia e começou a circular o primeiro jornal: *A Gazeta do Rio de Janeiro*.

Apesar das proibições e da rigorosa censura, os ecos da Independência Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789) repercutiram por aqui e inspiraram movimentos de libertação como, por exemplo, a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), que buscavam a independência do Brasil. Embora não tenham alcançado seus objetivos, esses movimentos foram símbolos da luta pela emancipação do domínio português, consumada em 1822.

IGREJA E ESTADO NO BRASIL

Desde 1654, expulsão dos holandeses, até 1808, chegada da corte portuguesa, fora proibida a entrada de protestantes no Brasil. A transferência da corte motivou a abertura dos portos às nações amigas e uma relativa abertura religiosa, pois a Inglaterra, anglicana, garantira com a sua esquadra o sucesso daquela longa viagem. Em fevereiro de 1810, Portugal assinou dois tratados com a Inglaterra: o de Comércio e Navegação, que regulamentava os negócios, e o de Aliança e Amizade, concedendo aos estrangeiros "perfeita liberdade de consciência" para praticarem sua fé. Tratava-se, em verdade, de uma tolerância limitada, ou uma liberdade vigiada, pois vinha acompanhada da proibição de fazer prosélitos e de referir-se contrariamente ao catolicismo, religião oficial. Além disso, os locais de reunião dos cultos não católicos não podiam ter a forma exterior de templo, ou instalar sinos.

Apesar das limitações impostas a partir de 1810 e ao longo de quase todo o século XIX, o protestantismo desenvolveu um notável esforço para obter legalidade e liberdade no Brasil. O avanço foi lento, porém contínuo. Passo importante aconteceu quando o missionário escocês Dr. Robert Reid Kalley (1809–1888), médico, pressionado pelas autoridades do império, consultou alguns destacados juristas e obteve opi-

niões favoráveis ao prosseguimento de suas atividades religiosas. Sobre esse episódio, escreve o historiador Alderi Souza de Matos:

> "[...] Outro marco importante do ministério do Dr. Kalley foi o batismo de duas senhoras de alta posição, Gabriela Augusta Carneiro Leão e sua filha Henriqueta Soares do Couto, ocorrido em Petrópolis no dia 7 de janeiro de 1859. Dona Gabriela era irmã do Marquês do Paraná e do Barão de Santa Maria. Elas haviam sido evangelizadas pelo crente pioneiro José Pereira de Souza Louro e mais tarde se transferiram para a igreja presbiteriana, na qual permaneceram até o final da vida. Esse batismo parece ter contribuído para o surgimento de pressões contra o trabalho do missionário, que em 26 de maio daquele ano foi proibido de clinicar pelo subdelegado de Petrópolis.
>
> Mediante pressão do núncio, o governo imperial fez chegar à Legação Britânica um comunicado com diversas queixas contra Kalley, tais como propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado e tentativa de conversão de católicos à fé protestante. O missionário formulou uma série de quesitos sobre as suas atividades e os apresentou simultaneamente aos melhores juristas da época, os Drs. Joaquim Nabuco, Urbano S. Pessoa de Melo e Caetano Alberto Soares. Os pareceres foram altamente satisfatórios e no dia 16 de julho Kalley enviou à Legação Britânica uma resposta ao comunicado do Ministro do Governo e uma carta particular ao cônsul William Stuart explicando as suas atividades e os tipos de pessoas que frequentavam as suas reuniões. Concluiu que a liberdade por ele exercida estava dentro dos limites da lei. Acrescentou que, caso o governo insistisse nas suas tentativas de silenciá-lo, se sentiria no direito de publicar os motivos para tanto e fazê-los conhecidos em todos os países de onde o Brasil esperava colonos." (Disponível em http://www.mackenzie.br/7041.html. Acesso em 16/5/2016).

REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES

Em 1808, quase 300 anos depois da Reforma, Napoleão Bonaparte (1769–1821) invade a Península Ibérica e provoca a fuga apressada da corte portuguesa, que, sob a proteção da esquadra inglesa, desembarca no Rio de Janeiro com mais de 15 mil pessoas. Para alojar essa multidão, prédios públicos e particulares foram requisitados, leis que mantinham a colônia em grande atraso foram revogadas, e os protestantes, que, desde a expulsão dos holandeses, eram proibidos de entrar em nosso país, pela primeira vez obtiveram permissão, ainda que precária, de oferecer seu culto em terras brasileiras.

Terminada a era napoleônica, foi convocado o Congresso de Viena (1814–1815), destinado a reorganizar as fronteiras da Europa. Entretanto, para que os monarcas europeus participassem dela, foi-lhes exigido que estivessem em seus próprios territórios. Encontrando-se no Brasil desde 1808, o Príncipe Regente português estaria impedido. Para resolver o impasse, a partir de 16 de dezembro de 1815, o Brasil ascendeu à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por decreto do príncipe, que, depois da morte da Rainha-Mãe, subiu ao trono como D. João VI (1767–1826).

As repercussões da era napoleônica, da Conferência de Viena, bem como o papel desempenhado pela Inglaterra durante esse período, desaguaram na Independência (1822), na Abolição da Escravatura (1888) e na Proclamação da República (1889).

Ficou evidente, com a independência, a necessidade da entrada de imigrantes para ocupação de imensas áreas despovoadas, onde pequenas cidades eram separadas por enormes distâncias. Inicialmente, foram abertas as portas para a imigração europeia. A Constituição Imperial, outorgada (imposta) pelo imperador Pedro I em 1824, confirmava o catolicismo como religião oficial, com limitada liberdade de culto para outros credos. Por essa razão, não católicos sofriam restrições ao seu culto, ao casamento civil, à constituição de heranças, à educação e até mesmo ao sepultamento de seus mortos em cemitérios.

EVOLUÇÃO DAS QUESTÕES RELIGIOSAS E DO PENSAMENTO POLÍTICO

Apesar das restrições à liberdade de pensamento, desde o século XVIII, os brasileiros começaram a receber influências de movimen-

tos surgidos na Europa. Além do Iluminismo, já existiam adeptos da Maçonaria e conhecedores do Liberalismo e dos ideais democráticos oriundos das revoluções Americana e Francesa. Tais ideias exerciam verdadeiro fascínio sobre a população, especialmente sobre políticos e sacerdotes, e geravam, pouco a pouco, enfraquecimento do catolicismo e crescente abertura ao protestantismo. É interessante citar o exemplo do Padre Diogo Antônio Feijó (1784–1843), que, com o regresso de D. Pedro I a Portugal, assumira a regência do império durante a menoridade de D. Pedro II (1835 a 1837). Feijó e outros clérigos defendiam a extinção do celibato clerical e a separação da Igreja Católica Brasileira da tutela romana; além disso, eles tencionavam convidar os irmãos morávios (seguidores do pré-reformador Jan Hus) a cooperarem na educação dos índios.

D. Pedro II (1825–1891) exerceu plenamente seus direitos de padroado, que lhe garantiam indicar aqueles que seriam escolhidos bispos, além de poder censurar qualquer publicação eclesiástica da qual discordasse, impedindo sua circulação no Brasil. Somente podiam circular as que recebessem o "beneplácito" do imperador. Este também se preocupava com o *ultramontanismo*, termo que significava submissão dos reis à autoridade suprema do papa. De maneira geral, o império considerava a Igreja apenas um departamento do governo. Por essa razão, quando, no pontificado do papa Pio IX, Roma procurou exercer maior controle sobre a Igreja no Brasil, surgiram graves questões resultantes da encíclica *Quanta Cura*, que atacava a Maçonaria, à qual estavam ligados muitos estadistas brasileiros, inclusive o próprio imperador.

Tais desencontros acabaram gerando a "Questão Religiosa", sério confronto entre o governo e dois bispos: Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844–1878), de Olinda, e Dom Antônio de Macedo Costa (1830–1891), do Pará. O confronto, que enfraqueceu o Império e contribuiu para a Proclamação da República em 1889, marcou também o início da renovação católica no Brasil, que se aprofundou no período republicano. À medida que afirmava sua autonomia diante do Estado, a Igreja tornou-se mais universalista e mais romana. Cresceu o número de sacerdotes estrangeiros, surgindo, ao mesmo tempo, outros grupos ideológicos e religiosos além do protestantismo, tais como o positivismo e o espiritismo.

Como dito anteriormente, após a expulsão definitiva dos holandeses em 1654, o Brasil fechou as portas ao protestantismo por mais de 150 anos. Somente em 1810, após a celebração do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra, começaram as mudanças, embora Portugal continuasse fiel ao radicalismo do Santo Ofício, que implantara a Inquisição na Península Ibérica.

Sob a influência do Liberalismo Europeu, o Marquês de Pombal (1699–1782), primeiro-ministro do rei D. José I (1714–1777), introduziu mudanças radicais no sistema de ensino, tornando-se responsável pela expulsão dos Jesuítas dos territórios portugueses em 1759. Pombal influenciou não somente a política portuguesa, como também a europeia. Sua decisão de expulsar os jesuítas repercutiu na França e na Espanha, que também os expulsaram. Na mesma linha, o Papa Clemente XIV (1705–1774) suprimiu a Sociedade de Jesus, que só veio a ser restaurada em 1773. Pombal promoveu verdadeiro renascimento intelectual em Portugal. Do acervo de sua biblioteca, constavam as obras de John Locke, René Descartes, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, que deram surgimento ao Iluminismo e ao Liberalismo e eram proibidas em Portugal. O momento pombalino representou notável esforço para tirar Portugal da "vanguarda do atraso", como se dizia na Europa de seu tempo.

Estudiosos desse tema consideram que a predominância dos jesuítas nas culturas espanhola e portuguesa resultou em atraso. As escolas buscavam inspiração nos heróis de Troia ou na intrepidez das legiões romanas. Os estudantes falavam entre si em grego e latim, desprezando o idioma vernáculo, e esse classicismo substituiu o estudo das ciências. Portugal e Espanha entraram em decadência e logo se depararam com o crescente poderio da Inglaterra e da Holanda. Sobre isso, assim se expressa o Professor Vicente Barreto em seu livro *Primórdios do Liberalismo*:

> "A Inquisição ganhou sua maior força e prestígio em Portugal quando o resto da Europa já incorporara as novas ideias do Renascimento. O Santo Ofício e a rigidez pedagógica dos Jesuítas mantiveram Portugal

> dentro de um mundo cada vez mais distanciado das novas conquistas do espírito humano. Pombal não avançou até o fim aceitando o liberalismo de Locke, mas permitiu que se fizesse a reforma dentro da qual iria germinar a ideia liberal em Portugal e no Brasil."

Para compreender o Liberalismo como o concebia Locke, é preciso entender que a economia de mercado era construída sobre o individualismo possessivo. Qualquer pessoa fazia parte da sociedade civil, mas esta era formada por duas classes: a dos proprietários e a dos que trabalhavam para sobreviver sem possibilidade de acumular.

O calvinismo revolucionara a economia, considerando que a propriedade era uma recompensa de Deus a quem trabalhava e acumulava lucro. Essa premissa tinha origem na recomendação do apóstolo Paulo: "[...] *vos mandamos isto: que, se alguém não quiser trabalhar, não coma também. Porquanto ouvimos que alguns entre vós andam desordenadamente, não trabalhando, antes, fazendo coisas vãs*" (2 Ts 3.10,11). Com base nesse texto, Locke entendia que eram os proprietários que deviam fazer parte da administração, elegendo os dirigentes do Estado. Logo, os eleitores eram eles e, portanto, para votar, era necessário possuir certo nível de renda. Mas, para que os "homens de posse" exercessem essas obrigações, também era necessário existirem outras liberdades. Assim, surgiram a liberdade de imprensa, a liberdade de associação e as garantias individuais. Daí, então, nasceu o Estado Liberal na Europa.

Essa nova concepção de Estado despertou outras forças sociais oriundas da Revolução Industrial, suscitando reivindicações daqueles que, mesmo não sendo proprietários, passaram a ter participação ativa nos eventos políticos da sociedade. Desse modo, o Estado Liberal evoluiu para o Estado Democrático, compreendendo que as novas classes sociais, advindas da Revolução Industrial, não se constituíam em ameaças.

Foi nesse novo ambiente intelectual que escreveram e pensaram os brasileiros do século XVIII e XIX. O pensamento liberal no Brasil foi construído em situação política, social e cultural diferente da Europa, e, por essa razão, nossos teóricos adotaram uma doutrina fragmentada e incompleta. Compreende-se facilmente por que o liberalismo brasileiro só tenha vingado a partir da independência, pois era natural Portugal opor-se a qualquer tentativa de impedir seu domínio sobre todos os órgãos da colônia.

No Brasil, existiam todos os tipos de limitações para deter não só o crescimento intelectual, mas também a produção de bens que promovessem o desenvolvimento de um mercado próprio. Desde o século XVI, a política econômica de Portugal era manter o Brasil como grande fornecedor de matéria-prima. Vasta legislação proibitiva abrangia a produção de couros, manufaturas de linho, seda, algodão, ouro, prata e até mesmo a abertura de estradas e caminhos. A carga de impostos era imensa e descontrolada. Tomando como exemplo o "donativo real para o terremoto de Lisboa", destinado à reconstrução daquela cidade, esse imposto foi cobrado no Brasil a partir de 1755, ano do terremoto, até 1822, ano da independência.

O atraso cultural e econômico do Brasil resultou do retardo na absorção das ideias correntes do outro lado do Atlântico e na América do Norte, além das proibições destinadas a mantê-lo como simples fornecedor de matéria-prima. Como vimos, tais ideias só começaram a circular com a vinda da corte portuguesa, proporcionando, desde logo, a abertura dos portos e o levantamento das proibições a jornais e livros. A chegada da corte e a imigração protestante reacenderam nos brasileiros o espírito da liberdade, deflagrando rebeliões que foram severamente reprimidas.

4

A REFORMA CHEGA AO BRASIL COM O PROTESTANTISMO DE IMIGRAÇÃO

OS VAZIOS POPULACIONAIS

Com a independência, houve grande interesse na vinda de imigrantes para ocupação dos imensos vazios populacionais. Isso exigiu que lhes fosse garantida a liberdade religiosa, pois a *Constituição Imperial* de 1824 afirmava no artigo 5º: "A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo".

Em junho de 1827, foi criada no Rio de Janeiro a Comunidade Protestante Alemã-Francesa. Na década de 1850, a Prússia e a Suíça começaram a enviar missionários destinados a Igrejas no sul do Brasil. Em 1886, organizou-se o Sínodo Rio-Grandense, e os missionários começam a chegar.

As primeiras organizações missionárias protestantes que atuaram no Brasil foram duas Sociedades Bíblicas: a Britânica e Estrangeira (1804) e a Americana (1816). Havia duas traduções da Bíblia em português: uma protestante, feita pelo Rev. João Ferreira de Almeida (1628–91), e outra católica, do padre António Pereira de Figueiredo (1725–97). A Igreja Metodista Episcopal foi a primeira a exercer atividades missionárias, criando a escola dominical no Rio de Janeiro. Seus quadros incluíam os capelães da Sociedade Americana dos Amigos dos Marinheiros, fundada em 1828 em Nova Iorque. Missionários metodistas, presbiterianos e batistas estabeleceram-se em São Paulo em virtude do fluxo migratório que se seguiu à Guerra Civil Americana (1861–65).

IMIGRAÇÃO NORTE-AMERICANA

Como vimos, D. Pedro II, preocupado com as vastas extensões de terra fracamente povoadas, criou facilidades para estimular a imigração, despertando o interesse dos confederados, estados do sul dos Estados Unidos, vencidos pelos do norte na Guerra da Secessão (1861–65). Muitos sulistas perderam suas terras e aceitaram migrar para o Brasil, trazendo consigo a fé e os avanços na agricultura, base da sua economia. Em novembro de 1865, a Carolina do Sul criou uma sociedade agrícola e mandou representantes ao Brasil para verificar as facilidades oferecidas pelo imperador. Inicialmente, estabeleceu-se uma colônia na região do Rio Doce, no Espírito Santo, e outra em Cananeia, São Paulo, que não prosperaram. A maioria desses pioneiros americanos regressou ao seu país, fazendo naufragar o sonho de povoamento acalentado pelo imperador.

Em 1851, o pastor norte-americano James Cooley Fletcher (1823–1901) estabeleceu-se no Rio de Janeiro. Ele era capelão dos marinheiros que ali aportavam e assistia aos imigrantes de fala inglesa. Era, ao mesmo tempo, missionário, diplomata e empreendedor. Fletcher frequentava a residência imperial e teve atuação decisiva na aproximação do imperador com seu país. Ele escreveu um trabalho intitulado "O Brasil e os Brasileiros: Esboço Histórico e Descritivo", que alcançou a expressiva marca de oito edições. Fletcher viajou milhares de quilômetros, tornando-se amigo de pessoas ilustres, entre as quais Aureliano Tavares Bastos (1839–75), político alagoano, junto com quem persuadiu o

imperador a autorizar a abertura de uma linha marítima entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque. Fletcher, pelo seu dinamismo e capacidade de comunicação, pode ser considerado um dos primeiros pastores a mostrar aos brasileiros os valores cultivados pelos povos que adotaram a Bíblia como regra de fé e de conduta social. Influiu decisivamente não só na vinda de outros pastores, como também na adoção de normas que abriram caminho à liberdade religiosa em nosso país.

SANTA BÁRBARA D'OESTE – O NÚCLEO DE AMERICANA

Em 1865, William Hutchinson Norris (1800–93), senador pelo Alabama, e seu filho Robert Norris desembarcaram no Rio de Janeiro, subiram a serra do mar, chegaram a São Paulo e compraram terras de Domingos da Costa Machado em Santa Bárbara d'Oeste. Os Norris, que dominavam técnicas agrícolas desconhecidas na região, montaram, em pouco tempo, uma escola de agricultura, pois eram conhecedores de inovações como, por exemplo, um modelo de arado que causou grande sensação entre os agricultores. Os demais membros da família chegaram em 1867 acompanhados de outros parentes, fundando um povoado que serviu de núcleo à atual cidade de Americana. Dessa época, é também a instalação da fábrica de Tecidos Carioba, pelo engenheiro norte-americano Clement Willmot, que se associou a brasileiros. Essa indústria foi fundamental para o desenvolvimento daquela cidade.

Em 1895, foi fundada a primeira Igreja Presbiteriana. Pastores vieram dos Estados Unidos e deslocavam-se entre as propriedades de americanos para a celebração de cultos. Com a República, o catolicismo deixara de ser religião oficial, mas persistiram em certas práticas. Mesmo pertencendo à municipalidade, os cemitérios eram administrados pela Igreja Católica e, neles, o pároco local podia proibir sepultamentos de não católicos. Os imigrantes americanos passaram a enterrar seus mortos na sede de uma das fazendas, e esse local ficou conhecido como Cemitério do Campo (ou Cemitério dos Americanos), tornando-se um dos pontos turísticos da cidade de Santa Bárbara d'Oeste. Hoje, ele é administrado pela Fraternidade de Descendência Americana, fundada em 1954.

IGREJA E ESTADO NO PERÍODO REPUBLICANO – BISPOS REPUDIAM ESTADO LAICO

O regime republicano tornou laico o Estado, isto é, nenhuma religião teria primazia no país, e todos os grupos religiosos receberiam igual tratamento. Em carta pastoral de março de 1890, os bispos deram as boas-vindas à República, mas repudiaram a separação entre a Igreja e o Estado. Em fevereiro de 1891, a primeira Constituição Republicana estabeleceu a separação e plena liberdade de culto. Essa constituição adotou também outras medidas como, por exemplo, o casamento civil obrigatório e a secularização da educação.

Em face do novo regime, a Igreja Católica buscou fortalecer-se fundando seminários, criando arquidioceses, dioceses, estimulando a vinda de religiosos estrangeiros (capuchinhos, beneditinos, carmelitas, franciscanos) e mantendo-se contrária à maçonaria e ao protestantismo.

Dois líderes foram especialmente influentes nesse esforço: o padre Júlio Maria (1878–1944), ativo pregador e escritor que buscou mobilizar a igreja e tornar o Brasil um país católico, e Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882–1942). Responsável pela orientação e mobilização da Igreja brasileira na primeira metade do século 20, Dom Sebastião Leme propôs emendas à constituição que, se aceitas, dariam reconhecimento oficial à Igreja Católica e permitiriam a educação religiosa nas escolas públicas. Suas propostas enfrentaram a vigorosa oposição dos protestantes, maçons, espíritas, os da imprensa, sendo, então, rejeitadas. Essa rejeição foi habilmente contornada e, mediante um decreto de Getúlio Vargas em abril de 1930, permitiu-se o ensino religioso nas escolas. Por fim, a Constituição de 1934, embora não oficializando o catolicismo, introduziu as reformas propostas por Dom Sebastião Leme.

CATÓLICOS E PROTESTANTES: UMA CONVIVÊNCIA NEM SEMPRE CORDIAL

A predominância católica vigente no império produziu nos protestantes diferentes atitudes. Em 1903, surgiu em São Paulo uma frente unida contra o catolicismo: a Aliança Evangélica. Os diferentes grupos protestantes, porém, não possuíam unidade de ação e, por isso, a Aliança pouco repercutiu. Foi nesse período que ocorreram perseguições por todo

o Brasil. Depois da chegada do pentecostalismo, essas perseguições recrudesceram, como veremos mais adiante ao abordarmos o Movimento Pentecostal. Na década de 1920, houve nova tentativa de promover a coesão das igrejas evangélicas: a Comissão Brasileira de Cooperação, liderada pelo reverendo Erasmo de Carvalho Braga (1877–1932).

Após 1964, as relações das Igrejas Evangélicas e da Igreja Católica com o Estado brasileiro tomaram rumos diferentes, às vezes diametralmente opostos. Abordaremos esse assunto em maiores detalhes quando tratarmos adiante da Teologia da Libertação. No momento em que se escrevem estas páginas (2016), o Brasil passa por grandes mudanças políticas. A chamada esquerda, oriunda do Movimento Comunista Internacional, que governou o país nos últimos 13 anos sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), vem perdendo espaço tanto no Executivo quanto no Legislativo. As bancadas cristãs no Congresso Nacional ganham realce, indicando prováveis alterações e tendências mais conservadoras a curto prazo.

ECUMENISMO E EVANGELHO SOCIAL

No início do século XX, vimos como Erasmo de Carvalho Braga (1877–1932) despendeu grande esforço pela coesão das igrejas evangélicas por meio da Comissão Brasileira de Cooperação. Com o surgimento da Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil e do Conselho Nacional de Educação Religiosa, as três entidades uniram-se para, em 1934, formar a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Concomitantemente, a igreja católica promoveu algumas iniciativas de reaproximação com outros grupos cristãos e até mesmo com religiões de matriz não cristã. Dessas iniciativas, citaremos duas que mais atraíram igrejas evangélicas: o Movimento Ecumênico e o Concílio Vaticano II (1962–65). Também trataremos da Teologia da Libertação, que exerceu efeito contrário, produzindo separação doutrinária entre católicos e evangélicos.

MOVIMENTO ECUMÊNICO

O termo *ecumênico* vem do grego *oikoumene* (universo ou universal) e significa: tentativa de reunir todas as igrejas cristãs, reconhecendo-lhes as diferenças e respeitando-lhes a diversidade. O movimento é

abrangente e inclui religiões não cristãs. Além disso, promove trabalhos assistenciais conjuntos para alcançar necessitados e realiza estudos doutrinários com o propósito de atenuar divergências. O moderno Movimento Ecumênico tem o propósito de reverter a fragmentação das igrejas cristãs.

Tomando por base o período a partir da Idade Média, consideramos como início dessa fragmentação o Grande Cisma de 1054, quando a igreja oriental separou-se da ocidental. No século XVI, houve nova divisão promovida pela Reforma. Carlos V (1500–58), imperador do Sacro Império Romano-Germânico, tentou reaproximar protestantes e católicos, promulgando, em 1555, a Paz de Augsburgo, que pode ser considerada a primeira tentativa ecumênica após a Reforma. O fato é que muitas tentativas de reaproximação têm sido feitas, sendo a mais importante delas no século XX: a fundação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em Amsterdã, que passou a atuar vigorosamente em busca da unidade a partir de 1948.

Segundo informa a página do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) na Internet (www.conic.org.br), várias igrejas evangélicas brasileiras aderiram ao Movimento Ecumênico. São elas: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia no Brasil. Participam ainda do CONIC como membros fraternos: Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese); Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço; Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP); Centro de Estudos Bíblicos (CEBI); Comissão Nacional de Combate ao Racismo; Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura (ACAT Brasil); Dia Mundial de Oração; Programa de Formação e Educação Comunitária (PROFEC) e Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA). Em nossas pesquisas, não encontramos registro de igrejas pentecostais participantes do CONIC, e, entre estudiosos, existe a opinião de que o espírito denominacional dos evangélicos brasileiros suplantou a ideia do ecumenismo.

O CONCÍLIO VATICANO II

Durou de 1962 a 1965 e foi convocado pelo Papa João XXIII (1881–1963), cujo propósito era renovar espiritualmente a Igreja Católica e

atrair de volta grupos cristãos que dela afastaram-se. Na abertura, em 11 de outubro de 1962, o papa exortou os líderes a esforçarem-se no sentido de descobrir as necessidades pastorais da Igreja. Além dos prelados católicos, havia um grande número de dignitários de outras igrejas cristãs que foram convidados a participar das sessões, porém sem direito a voto. João XXIII morreu durante o Concílio, mas o seu sucessor, Paulo VI (1897–1978), deu-lhe prosseguimento, reconhecendo a necessidade de modificar as estruturas da Igreja que se deterioraram com o tempo.

O Concílio implantou grandes mudanças nas atividades dos leigos (praticantes que não fazem parte da hierarquia) convocando-os à santificação e ao compartilhamento da vocação missionária. Foram-lhes atribuídos papéis mais importantes na celebração da missa e na administração de sacramentos. Os documentos produzidos pelo Concílio possibilitaram a celebração da missa no idioma local; modificaram, às vezes drasticamente, conceitos referentes à liberdade religiosa e melhoraram as relações com outros cristãos e não cristãos. Grandes mudanças também ocorreram na visão social, que, juntamente com outras medidas, geraram a Teologia da Libertação, através da qual se introduziu a ideia de que o evangelho seria mais bem compreendido e mais eficaz se promovesse o resgate social das classes desfavorecidas.

Essas mudanças foram recebidas com entusiasmo pelo clero latino-americano, que difundiu o conceito marxista, segundo o qual os países industrializados enriqueceram-se a custa do chamado terceiro mundo. Noutras palavras, significava dizer que o capitalismo era o grande responsável pela pobreza desses países, donde se concluía que o socialismo seria a melhor opção para eles.

A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizada em 1968 em Medellín, Colômbia, consolidou essa nova visão social com um texto básico produzido por Gustavo Gutiérrez Merino (1928), sacerdote e teólogo peruano. A Teologia da Libertação ganhou forte impulso no Brasil por meio dos bispos Dom Hélder Pessoa Câmara (1909–99), Dom Pedro Casaldáliga (1928), Dom Frei Paulo Evaristo Arns (1921–2016), que também foi cardeal, Frei Leonardo Boff (1938), teólogo respeitado pelo Vaticano, seu irmão Clodovis Boff (1944) e outros membros da hierarquia católica. O movimento pregava o envolvimento com o ativismo político, o que gerou graves atritos com o governo militar e com as camadas mais bem

situadas da sociedade. Os embates políticos e sociais daí resultantes prejudicaram sensivelmente as relações da igreja católica com largas camadas da sociedade, como veremos a seguir.

TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Na segunda metade do século XX, as lideranças católicas perceberam as grandes diferenças existentes entre o catolicismo europeu e o latino-americano. Em face dessas diferenças, parte do clero latino-americano buscou aplicar diretamente os princípios do cristianismo na tentativa de diminuir as enormes diferenças sociais do continente. Era necessário mudar as estruturas socioeconômicas causadoras da pobreza e das injustiças sociais, e essas mudanças somente ocorreriam mediante o envolvimento direto da Igreja com as atividades políticas.

A partir da liderança intelectual de Gustavo Gutiérrez, em 1964, em Montevidéu, foram lançadas as bases teóricas do que seria a Teologia da Libertação. Na visão de Gutiérrez, era necessário entrelaçar a teologia com a prática social. O primeiro Congresso da Teologia da Libertação ocorreu em março de 1970 em Bogotá. Em seguida, em 1973, Gutiérrez apresentou propostas para a extinção da propriedade privada dos meios de produção, a fim de impedir que uns poucos se apropriassem do trabalho de muitos.

As mudanças introduzidas pelo Concílio Vaticano II na liturgia e nas atividades dos leigos facilitaram o avanço da Teologia da Libertação na Igreja da América Latina. Muitos ativistas políticos, valendo-se de sua experiência acadêmica, passaram a manipular o evangelho segundo essa nova ótica, buscando realizar transformações sociais, ainda que pelo emprego da violência. Esse ativismo sofreu severas críticas dentro e fora da igreja pela insistência em admitir que o envolvimento político e a luta de classes faziam parte da atividade ministerial. Os críticos consideravam esses ativistas a ala esquerda do pensamento social. De fato, o marxismo encontrou excelente veículo de propaganda ideológica nesses leigos e em expressiva parcela do clero.

A Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín em 1968, denunciou as injustiças sociais, comprometendo-se a lutar contra elas. Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, foi um dos redatores do documento final da Conferência, intitulado *Paz e*

Justiça. Setores conservadores reagiram ao documento, ficando a Igreja claramente dividida em duas alas. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) abraçou com entusiasmo a ideia da participação de leigos em seus organismos, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão Justiça e Paz (CJP). Desse modo, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), onde se promoviam discussões políticas em torno de temas cristãos. Abraçando a militância política, o clero latino-americano promoveu a união entre ideais cristãos e marxistas, mesmo sem a aprovação da hierarquia romana da Igreja.

Nessa linha de acontecimentos, surgem no Brasil da década de 1980 diversas organizações políticas e movimentos sociais, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essas organizações tiveram em comum as bênçãos da Teologia da Libertação, agregando outras como, por exemplo, o movimento ecológico (ver Apêndice 4). Era o tempo dos governos militares, que consideravam os movimentos de esquerda contrários ou criadores de obstáculos à conquista dos objetivos nacionais. O conflito entre o Estado e as alas do catolicismo de esquerda não tardaram a ocorrer. Todavia, com a condenação expressa da Congregação para a Doutrina da Fé, órgão do Vaticano, e o envelhecimento das lideranças, esse viés marxista do catolicismo entrou em declínio a partir de 1984.

O historiador presbiteriano Alderi Souza de Matos, já mencionado, identifica influências da Teologia da Libertação sobre setores do protestantismo brasileiro, especialmente entre os Metodistas. Alunos da Faculdade de Teologia pleiteavam maior envolvimento daquela Igreja em ações sociais e políticas e, então, convidaram Dom Hélder Câmara a paraninfar a turma de 1967. Tendo aceitado o convite, a reação Metodista não se fez esperar. Em 1968, a Faculdade passou por uma reestruturação, voltando à trilha mais característica do protestantismo reformado, que se opõe ao engajamento ideológico da Teologia da Libertação.

5

A REFORMA NO BRASIL DO SÉCULO XX – O PENTECOSTES

PENTECOSTES, A CHUVA SERÔDIA

> Pedi ao Senhor chuva no tempo da chuva serôdia; o Senhor, que faz os relâmpagos, lhes dará chuveiro de água e erva no campo a cada um (Zc 10.1).

A chuva temporã é a que cai no tempo da semeadura e faz brotar a semente. A serôdia cai no fim da estação, faz o grão amadurecer e prepara a ceifa. A Bíblia utiliza-se dessa linguagem pictórica para comparar a descida do Espírito Santo com a chuva temporã e a obra do Espírito Santo nos últimos dias com a serôdia. O Espírito Santo promoveu o crescimento da Igreja no seu início (At 2) e também a preparará para o arrebatamento nos últimos dias (Jl 2.28).

O Pentecostalismo, como hoje o conhecemos, teve suas origens na Europa do século XVII quando o luteranismo pareceu tornar-se um movimento que buscava, ao invés da transformação espiritual, o confronto com o catolicismo. Surgem, então, o Pietismo na Alemanha, a Igreja Moraviana e o Puritanismo inglês em busca de uma forma de

adoração com ênfase no crescimento espiritual. Pertencem a esse despertamento nomes como John Wesley (1703–1791), William Ames, conde Zinzendorff e outros. Os séculos XVII e XIX levaram esses movimentos a desaguarem no movimento da Santidade, no Colégio Bíblico Bethel de Topeka, Kansas, e no avivamento da Rua Azusa. Existe abundante literatura sobre o tema. Nosso propósito é focalizar sua inserção à Reforma no século XX, bem como sua forte repercussão no protestantismo brasileiro.

A inserção do Pentecostalismo à Reforma conferiu a esta um ritmo novo, desconhecido durante os quatro séculos antecedentes. É como se aquele motor (aquele do qual metaforicamente nos valemos nos Capítulos 1 e 2 deste livro) se houvesse turbinado, ganhando mais potência, haja vista a rapidez com que se espalhou neste lado do Atlântico.

Os iniciadores do Movimento Pentecostal na América do Norte não queriam afastar-se da Igreja. Eram todos protestantes históricos e que também sonhavam com a volta aos tempos apostólicos, assim como os primeiros reformadores. Todavia, desejavam fazê-lo sem as guerras e enfrentamentos produzidos nos primórdios da Reforma. Eles professavam sua crença em princípios doutrinários esposados pela Igreja Primitiva, expressos pelos profetas e até incluídos na pregação de Lutero, que os excluiu da sua agenda e da de seus seguidores por motivos alheios à sua vontade. Aqueles iniciadores na América do Norte suscitaram muitos questionamentos entre os reformados históricos. Ali, a Reforma gerou os efeitos esperados, resultantes do livre exame das Escrituras, da separação Igreja-Estado e de outros princípios bíblicos sobre os quais os primeiros reformadores, como vimos, não tiveram tempo de refletir. Numa de suas teses, a de número 37, Lutero afirma: "*Qualquer cristão verdadeiro, seja vivo, seja morto, tem participação de todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem carta de indulgência*". Mas que dons seriam esses? Não é preciso ser um exegeta brilhante para perceber que Lutero refere-se aos dons espirituais. E, no tempo de Deus, veio a chuva serôdia — o Pentecostalismo.

Por causa das divergências doutrinárias, ou para explicá-las, surgiu o termo "evangélico", que os pentecostais preferem a "protestante". E assim, surgiram nas Américas as duas maiores populações "evangélicas" do mundo: Estados Unidos e Brasil.

O PENTECOSTALISMO CONTEMPORÂNEO OPÕE-SE AO LIBERALISMO TEOLÓGICO

Recuando um pouco no tempo, encontraremos John Wesley em 1760 proclamando a *segunda obra da graça*, posterior à conversão, que podia livrar o crente da sua natureza imperfeita. Benjamin Hardin, discípulo de Wesley, pregava que a segunda obra da graça dava início à santificação e que a terceira trazia o batismo do amor ardente, que era o batismo no Espírito Santo.

O liberalismo teológico, também conhecido como liberalismo protestante, é um movimento radicado no Iluminismo alemão do século XIX, na filosofia de Immanuel Kant (1724–1804) e na visão religiosa de Friedrich Schleiermacher (1768–1834). Esse movimento introduziu inovações modernizantes à fé cristã, especialmente baseadas em princípios científicos, e nega a autoridade das escrituras, a divindade de Cristo, além de ter influenciado especialmente igrejas americanas no início do século XX. O liberalismo deu surgimento a movimentos diversos como, por exemplo, o Evangelho Social, o Feminismo e a Teologia da Libertação.

Quase ao mesmo tempo em que o liberalismo apareceu nos Estados Unidos agitando o cenário teológico com suas perigosas inovações, surgiu o Pentecostalismo caminhando na direção contrária. Tendo chegado à América do Norte, a doutrina de Wesley, que enfatizava a volta à vida santificada, influenciou o Movimento de Santidade, o qual, aliado aos reavivamentos da Escola Bíblica Bethel e da Rua Azusa, configuraram, em linhas gerais, o Pentecostalismo contemporâneo, que chegou ao Brasil em 1906.

Charles Fox Parham (1873–1929), William Joseph Seymour (1870–1922), Daniel Awrey, Agnes Ozman (1870–1937), Gunnar Vingren (1879–1933), Gustaf Daniel Berg (1884–1963) e muitos outros criam na possibilidade de um relacionamento intenso e pessoal com Deus. Bennet Freeman Lawrence escreveu a primeira história do movimento pentecostal em 1916, sob o título *The Apostolic Faith Restored* (Fé Apostólica Restaurada).

Segundo Isael de Araujo, autor do *Dicionário do Movimento Pentecostal* (CPAD), o Pentecostalismo teve no Brasil um período inicial no século XIX, a que os historiadores denominam protopentecostalismo. Tal perío-

do ocorreu nas igrejas protestantes tradicionais e caracterizava-se por pessoas e movimentos autônomos, possuidores dos dons de glossolalia (línguas estranhas) e profecias. O autor cita, entre vários exemplos, o de Miguel Ferreira, convertido ao evangelho em 1874 na Igreja Presbiteriana, onde se tornou ativo presbítero e pregador bem dotado, que ensinava a necessidade de uma visão direta e sensível de Deus. Tendo encontrado dificuldades em manter-se naquela igreja em virtude das divergências doutrinárias, Miguel afastou-se e registrou sua própria igreja em 1878, a qual denominou Igreja Evangélica Brasileira, reconhecida pelo governo imperial.

Outros exemplos são o de Fritz Machullat, alemão, evangélico piedoso do Rio Grande do Sul que orava em línguas estranhas, e Erich Nilsson, missionário batista sueco, que, em Belém do Pará, buscou o batismo e o poder do Espírito Santo. Após se encontrar com Gunnar Vingren e Daniel Berg, pioneiros da Assembleia de Deus, também suecos, Erich Nilsson, ouvindo-os com atenção, aconselhou-os a evitar a pregação sobre o batismo no Espírito Santo por trazer divisões.

A essas manifestações iniciais, seguiram-se debates e controvérsias entre os evangélicos tradicionais, que já estavam instalados no Brasil desde o império. Eles referiam-se ao Movimento recém-chegado da Rua Azusa em Los Angeles como "Pentecostismo", termo pejorativo, que era usado com o sentido de erro, doença, desvio. Não era de causar espanto essa rejeição, pois, mesmo nos países onde teve suas manifestações mais antigas (Inglaterra, Alemanha, Holanda e Estados Unidos), o Movimento Pentecostal enfrentou preconceitos em virtude da rápida expansão entre as classes desfavorecidas e nas áreas rurais.

O mencionado Dicionário contém farto material informativo no verbete *Perseguição*, relatando diferentes formas de discriminação à medida que o Movimento espalhava-se. A leitura desses relatos mostra que, em pleno século XX, ainda existiam entre nós preconceitos religiosos medievais. Não é exagero nenhum afirmar que o Movimento Pentecostal, apesar de hostilizado pelo catolicismo e pelo protestantismo histórico, mudou para melhor o comportamento cristão daqueles que chegaram aqui ainda no império.

É certo que resta muito caminho a percorrer. Todavia, a imigração protestante, em conjunto com o Movimento Pentecostal, transformaram culturalmente o Brasil. Quando se viaja pelo país, constata-se a presença de igrejas evangélicas pentecostais não só nas metrópoles, com seus templos suntuosos, como também nos grotões mais longín-

quos e nas comunidades mais carentes. Frequentemente, podemos encontrá-los reunidos em casebres, "sem forma alguma exterior de templo", como exigia a constituição do Império. Tal constatação desperta em nós uma expectativa otimista quanto ao futuro cultural e espiritual do país, notórias que são as mudanças sociais e culturais introduzidas nos países onde o protestantismo estabeleceu-se.

A seguir, temos a transcrição de um texto extraído do *Dicionário do Movimento Pentecostal* (1ª Edição, página 639):

> **Pastores presos, 300 homens armados atacam uma congregação, e pastor é espancado**
> Em Uruburetama, no Ceará, em 1914, pastores indefesos foram metidos em cadeias. Em Alagoa Grande, na Paraíba, 300 homens armados, acompanhados por um chefe religioso, atacaram uma congregação onde havia 15 crentes que cantavam a Deus. No mesmo Estado, Manoel Pessoa Leão, pregador do evangelho, foi barbaramente espancado, a ponto de perder os sentidos. Porém, reanimou-se e continuou pregando.

AVANÇO DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL

Sobre esse tema, existem diferentes estudos e classificações. No citado Dicionário, o autor apresenta várias abordagens, separando o Pentecostalismo clássico do Neopentecostalismo. Como representantes do Pentecostalismo clássico, geralmente são citadas as seguintes igrejas: Assembleia de Deus, Congregação Cristã, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor e Casa da Bênção. São classificadas como Neopentecostais a Igreja de Nova Vida, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça, Igreja Cristo Vive, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Comunidade da Graça e Renascer em Cristo. Nessa classificação, também se encontram centenas de igrejas independentes de pequeno porte.

Existe ainda um grupo de igrejas protestantes tradicionais que, em parte, aceitaram a mensagem pentecostal, constituindo-se nos chamados "renovados". Entre essas, são incluídas as Batistas, Presbiterianas e Metodistas Wesleyanas.

A partir do censo demográfico de 1980, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) separou o grupo de evangélicos pentecostais dos demais grupos protestantes. Igrejas pentecostais e neopentecostais passaram a ser agrupadas como "evangélicas de origem pentecostal". Naquele ano, essas igrejas somavam 3.808.086 fiéis, ou 3,2% da população. O somatório de todos os evangélicos era de 7.900.000 fiéis para uma população de 119.002.706 de brasileiros, isto é, 6,6% da população.

Dados do último censo (2010) apontam para os seguintes números: população: 202,7 milhões; evangélicos: 51,2 milhões; considerando-se que o percentual de pentecostais entre os evangélicos é de 46%, chegamos ao total aproximado de 24 milhões de evangélicos pentecostais. Estima-se que esse total tenha sido de, aproximadamente, 37 milhões em 2016. Analisando apenas numericamente, o crescimento de evangélicos no Brasil pode ser considerado muito expressivo. Convém observar, porém, que o simples aspecto numérico pode induzir a uma avaliação enganosa, pois números isolados não mostram o efeito transformador que se espera da prática dos princípios evangélicos.

IGREJAS PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS

Costuma-se, ainda, dividir o Movimento Pentecostal brasileiro em fases, ondas ou gerações. De modo geral, são estudos que relacionam as mudanças surgidas com o tempo a partir do início do século XX. A primeira fase pode ser considerada a de 1910 a 1940. Chegam ao Brasil, quase que simultaneamente, a Congregação Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus, tornando-se majoritárias no campo pentecostal durante cerca de 40 anos.

A segunda fase vai de 1950 a 1960. Nesses 10 anos, houve uma fragmentação do Movimento, dele surgindo novos grupos: Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor e outros.

A terceira fase dá-se nas décadas de 1970 e 1980, senda marcada pelo advento do Neopentecostalismo: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, entre outras.

IGREJAS PENTECOSTAIS MAJORITÁRIAS DA PRIMEIRA FASE (1910–1940

Congregação Cristã no Brasil

Fundada pelo italiano Luigi Francescon (1866–1964). Radicado em Chicago, Francescon foi membro da Igreja Presbiteriana Italiana e aderiu ao Pentecostalismo em 1907. Em 1910 (março–setembro), ele visitou o Brasil e iniciou as primeiras igrejas em Santo Antonio da Platina (PR) e São Paulo, entre imigrantes italianos. Veio muitas vezes ao Brasil até 1948. Em 1940, o movimento tinha 305 "casas de oração" e, dez anos mais tarde, 815.

Assembleia de Deus

Teve como fundadores os suecos Gustaf Daniel Berg (1884–1963) e Gunnar Vingren (1879–1933). Batistas de origem, ambos abraçaram o Pentecostalismo em 1909. Conheceram-se numa conferência pentecostal em Chicago. Assim como Luigi Francescon, Berg e Vingren receberam a influência do pastor batista William Howard Durham (1873–1912), que participou do avivamento de Los Angeles (1906). Sentindo-se chamados para trabalhar no Brasil, eles chegaram a Belém em novembro de 1910. Seus primeiros adeptos foram membros de uma igreja batista com a qual colaboraram.

IGREJAS PENTECOSTAIS DA SEGUNDA FASE (1950–1960)

Igreja do Evangelho Quadrangular

Foi fundada nos Estados Unidos pela evangelista Aimee Semple McPherson (1890–1944). O missionário Harold Edwin Williams (1913–2002) fundou a primeira IEQ do Brasil em novembro de 1951 em São João da Boa Vista. Em 1953, teve início a Cruzada Nacional de Evangelização, sendo Raymond Boatright o principal evangelista. A igreja enfatiza quatro aspectos do ministério de Cristo: aquele que salva, batiza com o Espírito Santo, cura e virá outra vez. As mulheres podem exercer o ministério pastoral.

Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo

Fundada por Manoel de Mello, evangelista da Assembleia de Deus que se tornou pastor da IEQ. Separou-se da Cruzada Nacional de Evangelização em 1956, organizando a campanha "O Brasil para Cristo", da qual surgiu a igreja. Filiou-se ao Conselho Mundial de Igre-

jas (CMI) em 1969 e desfiliou-se em 1986. Em 1979, inaugurou seu grande templo em São Paulo, sendo Philip Potter, secretário-geral do CMI, o orador oficial. Esteve presente Paulo Evaristo Arns, o cardeal arcebispo de São Paulo. Manoel de Mello morreu em 1990.

Igreja Pentecostal Deus é Amor

Foi fundada por David Miranda (1936–2015), filho de um agricultor do Paraná. Vindo para São Paulo, Miranda converteu-se numa pequena igreja pentecostal e, em 1962, fundou sua igreja em Vila Maria. Logo, transferiu-se para o Centro da cidade (Praça João Mendes). Em 1979, foi adquirida a "sede mundial" na Baixada do Glicério, um dos maiores templos evangélicos do Brasil. Em 1991, a igreja informava ter 5.458 templos, 15.755 obreiros e 581 horas diárias em rádios, bem como estar presente em 17 países (principalmente Paraguai, Uruguai e Argentina).

A TERCEIRA FASE, NEOPENTECOSTALISMO

Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)

Fundada por Edir Macedo Bezerra (nascido em 1945), filho de um comerciante fluminense. Macedo trabalhou por 16 anos na Loteria do Estado, período no qual passou de contínuo a um posto administrativo. De origem católica, ele ingressou na Igreja de Nova Vida na adolescência. Deixou essa igreja para fundar a sua própria, inicialmente denominada Igreja da Bênção. Em 1977, deixou o emprego público para dedicar-se ao trabalho religioso. Nesse mesmo ano, surgiu o nome IURD e o primeiro programa de rádio. Macedo viveu nos Estados Unidos de 1986 a 1989. Quando voltou ao Brasil, ele transferiu a sede da igreja para São Paulo e adquiriu a Rede Record de Televisão.

ASPECTOS DA REFORMA NO BRASIL DO SÉCULO XX

É verdade que o século XIX testemunhou a implantação definitiva do protestantismo no Brasil com a chegada de vários ramos da fé reformada. Mas foi no século XX que ocorreu sua expansão, graças à marcante presença pentecostal. A multiforme graça de Deus e o livre exame das Escrituras produziram muitas vertentes do protestantismo na Europa e nos Estados Unidos. Anglicanos, calvinistas, batistas, presbiterianos, me-

todistas, congregacionais foram o resultado da plena liberdade que, desde os primórdios, enriqueceu a cultura dos povos reformados. Deve-se compreender, porém, que a Reforma e o Movimento Pentecostal foram eventos iniciados em diferentes molduras de tempo, só que com o mesmo propósito: buscar o Reino de Deus voltando às origens, isto é, ao Novo Testamento. Lutero não pretendia promover um movimento separatista na Igreja Católica, mas o zelo doutrinário fê-lo romper com os fundamentos do catolicismo, na tentativa de esclarecer uma questão que afetava diretamente os seus contemporâneos: as indulgências. A Reforma buscou promover a volta às origens e repor as Escrituras, o Cristo, a graça, a fé e a glória de Deus no centro da doutrina cristã (*Sola scriptura* (Somente a Escritura), *Solus Christus* (Somente Cristo), *Sola gratia* (Somente a graça), *Sola fide* (Somente a fé), *Soli Deo gloria* (Glória somente a Deus)).

Apesar de haver existido ainda nos primórdios da Reforma com o Pietismo alemão, o Puritanismo inglês e o Moravianismo, o Pentecostalismo irrompe como um movimento expressivo no início do século XX. É mais uma tentativa de volta às origens neotestamentárias dentro da Reforma. Como já foi dito antes, os iniciadores do Movimento Pentecostal não tinham em mente a criação de um ramo novo do protestantismo, assim como Lutero não tinha intenção de romper com o catolicismo.

Os movimentos que surgiram nos Estados Unidos (no Colégio Bíblico Bethel, em Topeka, Kansas, e na Rua Azusa, Los Angeles), liderados respectivamente por Charles Parham e William Seymour, tinham o propósito de vivenciar, dentro das próprias denominações, a chuva de bênçãos, a chuva serôdia profetizada por Joel e Zacarias (Jl 2.23; Zc 10.1). Tanto as igrejas reformadas quanto as pentecostais buscaram voltar às origens da fé cristã. Os pentecostais não desprezavam a experiência dos que os antecederam na fé e não propunham uma nova Reforma.

NEOPENTECOSTALISMO

Assim como as diversas denominações do protestantismo clássico resultaram da expansão da Reforma Protestante, as igrejas neopentecostais são fruto da expansão do Pentecostalismo. No Brasil, quase todas nasceram do mesmo berço pentecostal — a Assembleia de Deus. Divergências doutrinárias importantes deram-lhes origem, tais como: efusão desordenada dos dons espirituais; ênfase na posse de bens ma-

teriais; liturgia do culto centrada em milagres ou em *shows* de músicas *gospel* — músicas estas sob a influência das variantes mais descontraídas da música popular. Não obstante, corrigidas as distorções, as práticas bizarras e as vertentes espalhafatosas, existe um cordão umbilical que vincula essas igrejas ao Movimento Pentecostal. Suas premissas doutrinárias básicas são as mesmas desse Movimento, que hoje se espalha pelo mundo e, em apenas um século, alcançou todos os rincões do Brasil.

A CONFERÊNCIA DE CAMBRIDGE

Em 1996, a Aliança da Confissão Evangélica — grupo de evangélicos reformados e luteranos — reuniu-se para debater as inovações introduzidas ao evangelho nos Estados Unidos e no mundo. O grupo reuniu-se em Cambridge, Massachussetts, entre 17 e 20 de abril daquele ano. A escolha foi deliberada, pois, em Cambridge, está a Universidade de Harvard, fundada em 1636, e de lá surgiu a *Plataforma de Cambridge*, um estatuto da igreja feito em 1648 pelos Puritanos da Nova Inglaterra. Era, portanto, o centro da vida intelectual e eclesiástica do país no século XVII.

Cerca de 100 delegados de todo o mundo compareceram aos quatro dias da conferência com a intenção de produzir uma declaração oficial, que, em seguida, seria publicada. O grupo elaborou um documento que recebeu propostas de alterações e mudanças de vários delegados, intitulando-se Declaração de Cambridge. Seus principais autores foram o Dr. David F. Wells e o Dr. Michael S. Horton. Os diversos papéis expedidos durante a conferência foram, mais tarde, editados por James Montgomery Boice e Ben Sasse e publicados pela editora Baker Books no livro *Here we Stand* (Aqui Estamos de Pé).

O LIVRO "*NÃO HÁ LUGAR PARA A VERDADE*"

A Conferência de Cambridge e a respectiva Declaração resultaram de um livro intitulado *No Place for Truth: Or Whatever Happened to Evangelical Theology*? (Não há Lugar para a Verdade: Ou o Que Aconteceu com a Teologia Evangélica?) da autoria de David F. Wells. O livro tecia fortes críticas às igrejas evangélicas nos Estados Unidos por elas terem abandonado suas raízes históricas e teológicas e por acabarem abraçando as filosofias e os pragmatismos mundanos. A Conferência debruçou-se sobre os seguintes aspectos:

- A cultura do mundo moderno, representada pelo pós-modernismo, está mudando a mensagem do evangelho pregado nas igrejas.
- O desgaste da doutrina cristã na igreja moderna, inclusive a ausência da pregação expositiva.
- A crescente influência do Relativismo, que conduz a um ambiente onde a "verdade" é subjetiva e os líderes pregam somente mensagens "positivas".
- O crescente foco no homem, e não em Deus.
- O crescente foco na habilidade do homem em responder à graça divina em vez de no poder e na graça de Deus em salvar o homem.
- Foco no crescimento numérico, ligando o Ministério apenas ao sucesso aparente, e não ao crescimento qualitativo e espiritual.

A DECLARAÇÃO DE CAMBRIDGE E OS CINCO *SOLAS* DA REFORMA

A Declaração resultante da Conferência é um chamado ao arrependimento, reafirmando as verdades históricas cristãs através dos cinco *solas* e negando o aparente sucesso derivado do modernismo:

- *Sola Scriptura*: decadência da autoridade
  Reafirmamos que a Bíblia ensina tudo o que é necessário para entender e obedecer a Deus.
  Negamos qualquer outra forma de autoridade que venha a constranger a consciência do cristão.
- *Solo Christus*: decadência da fé cristocêntrica
  Reafirmamos que somente Cristo e seu sacrifício vicário são os meios pelos quais o pecador pode salvar-se.
  Negamos o evangelho que desconsidere a necessidade da fé para que haja expiação.
- *Sola Gratia*: decadência do evangelho
  Reafirmamos que a salvação é uma obra sobrenatural do Espírito Santo.
  Negamos que a salvação, em qualquer sentido, seja obra do coração humano.

- *Sola Fide*: decadência do Artigo Principal
  Reafirmamos que a salvação é pela graça, exclusivamente mediante a fé, sendo a justiça de Cristo imputada ao cristão.
  Negamos que a justificação dependa de qualquer mérito humano. As igrejas que assim ensinam não podem ser consideradas legítimas.
- *Soli Deo Gloria*: decadência da adoração teocêntrica
  Reafirmamos que a salvação é para a glória de Deus, e não do homem. Que o cristão deve permanecer sob a autoridade de Deus e agir exclusivamente para glória dEle.
  Negamos que Deus possa ser glorificado com louvores sob a forma de entretenimento; negamos a pregação da qual seja retirada a lei ou o evangelho; ou que se baseie em autoajuda, autoestima, ou interesses pessoais.

RENOVAÇÃO CARISMÁTICA

Teve origem na Universidade Católica Notre Dame, no Illinois, Estados Unidos, no início da década de 1960. Segundo o conhecido evangelista americano Bill Burkett, em seu livro *Pentecostais ou Carismáticos?*, publicado no Brasil pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), esse movimento nascido entre católicos teve rápida adesão de igrejas pentecostais.

Burkett relata que "uma poderosa confraria do Michigan denominada Full Gospel Businessmen Fellowship International[1] também participou do movimento que popularizou o batismo com o Espírito Santo". Em seu livro, ele faz reiterados alertas, afirmando que, embora parecidos, os dois movimentos têm características bastante desiguais. O simples fato de falar em línguas e crer no batismo com o Espírito Santo não faz da pessoa um crente pentecostal. Existem princípios doutrinários fundamentais que, se desprezados, poderão redundar na perda de identidade, gerando doutrinas sem profundidade bíblica.

Não há consenso entre as lideranças que avaliam a Renovação Carismática. Stanley Horton, respeitado teólogo pentecostal, escreve em seu livro *Teologia Sistemática – Uma Perspectiva Pentecostal* (CPAD, 1997):

[1] A Full Gospel possui um ramo no Brasil denominado Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno – ADHONEP

"De que outra maneira poderíamos explicar o batismo no Espírito Santo desfrutado por pentecostais unitarianos e trinitarianos, sem falar nos que pertencem à renovação carismática? Deus lida conosco do jeito que somos e nos salva e habita em nós e nos batiza. A partir de então o Espírito Santo começa a transformar-nos à imagem de Cristo."

6

O ATIVISMO – TEMPOS MODERNOS, TEMPOS TRABALHOSOS

A revolução tecnológica dos meios de comunicação, a chamada Nova Ordem Mundial, a rapidez com que as notícias correm o mundo, a Internet, as redes sociais, tudo isso transformou o mundo numa "aldeia global", como ensinou o célebre comunicador Marshall MacLuhan (1911–80). Esses novos meios e fenômenos sociais afetaram o cristianismo, e, por isso, nós não podemos desconsiderá-los quando meditamos sobre o papel da igreja contemporânea. Devemos opor-nos diligentemente à transformação do evangelho e da obra missionária em ativismo cristão.

O QUE É ATIVISMO CRISTÃO

Ativismo é um processo político que preconiza ações radicais para provocar mudanças na sociedade. Ativista é alguém que se dedica ao ativismo. Um exemplo histórico de ativismo ocorrido no início do século XX é o do partido bolchevista na Rússia, que, embora sendo minoria, conquistou o poder naquele país, valendo-se de técnicas próprias

do ativismo político. O partido promoveu comícios, passeatas, greves, sabotagem, terrorismo e até assassinatos de opositores. O líder desse processo foi Vladimir Ilitch Ulianoff (1870–1924), russo que se tornou conhecido como Lenin.

Dominada a Rússia, o bolchevismo avançou na direção dos países vizinhos, surgindo uma confederação de nações denominada União Soviética, que, após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), agregou outros países numa poderosa aliança militar — o Pacto de Varsóvia (1955). No mundo inteiro, foram espalhadas células do Partido Comunista da União Soviética, que ensinavam às lideranças locais a prática do ativismo político para a conquista do poder.

Ativismo, portanto, não é uma ideologia, e sim um método de ação que pode adaptar-se a um sistema ideológico, político ou religioso. Valendo-se do ativismo religioso, o braço armado do islamismo, conhecido como Jihad (guerra santa), já conquistou o poder político em diversos países.

Definido ativismo e dados exemplos, compreende-se facilmente que "ativismo cristão é o método de ação radical que busca alcançar objetivos sociais através do cristianismo".

O ativismo cristão tem sido praticado em nosso país por grupos que enfatizam a ação social na pregação do evangelho e buscam produzir tensões sociais para gerar mudanças políticas. Os temas das minorias, do aborto, da preservação da natureza e de espécies animais em extinção, dos direitos humanos, ecologia e outros, são muito usados pelos ativistas cristãos em parceria com as ONGs (organizações não governamentais) e OSCIPS (organizações sociais com interesse público). No Capítulo 4 (na parte Teologia da Libertação), vimos como, na segunda metade do século XX, teorias sociais uniram-se à teologia, produzindo inovações supostamente fundamentadas na Bíblia, atraindo segmentos cristãos à violência em nome do evangelho.

O ativismo, porém, é a negação dos princípios bíblicos: "*Não por força, nem por violência, mas pelo meu Espírito, diz o Senhor dos Exércitos*" (Zc 4.6). Os ativistas costumam citar, como exemplos bíblicos de desobediência civil, o caso das parteiras egípcias que desobedeceram a ordem de Faraó para matar os bebês israelitas; a recusa de Sadraque, Mesaque e Abede-Nego a adorarem um ídolo; Daniel desafiando a proibição de orar, etc. Enganam-se, pois nenhuma dessas atitudes visou a impor a lei divina a povos pagãos, mas, sim, foram atos de

conduta individual. O cristianismo não se propõe alcançar objetivos por meio da força ou da desestruturação política dos seus opositores.

ATIVISMO ECOLÓGICO

Em 12 de fevereiro de 2005, na cidade de Anapu, no Pará, foi morta a missionária católica norte-americana Dorothy Mae Stang (1931–2005). Dorothy era uma militante ambientalista e foi morta no assentamento agrário onde atuava na busca do que os ambientalistas chamam de desenvolvimento sustentável. Durante o julgamento dos criminosos, observou-se a presença ostensiva no Brasil de representantes do Departamento de Estado e da Polícia Federal americana, o Birô Federal de Investigação (FBI), o que demonstra o alcance das questões agrárias e os interesses nelas atuantes.

Por isso, nós, cristãos, devemos ter cuidado ao aceitarmos a cooperação de entidades que praticam o ativismo político, ecológico, social, mas que se apresentam como organizações missionárias. São, de fato, ONGs e OSCIPs que buscam atrair para sua causa igrejas e cristãos incautos. Infelizmente, existem pastores de renome, assalariados por essas instituições, auferindo grandes lucros como representantes de grupos transnacionais. Hoje em dia, as nações mais ricas utilizam-se dessas organizações como elementos complementares de política externa. Os missionários nelas envolvidos correm riscos muito altos, especialmente em países como o nosso, onde o uso e a posse da terra ainda são problemas não completamente resolvidos. Lamentavelmente, foi esse o caso de Dorothy Stang. Para melhor conhecimento do assunto, ver o Apêndice 5.

Os ambientalistas não se preocupam com a veracidade das ideias que propagam. Aquecimento global, desertificação da terra, derretimento das calotas polares, efeito estufa, agricultura intensiva são temas sobre os quais eles discorrem livremente sem atentarem para o respaldo científico dos mesmos. Sobre esses, é bastante esclarecedora a leitura do livro *O Ambientalista Cético*, da autoria de Bjørn Lomborg.

Atividades assistenciais fazem parte de um ministério holístico, bem o sabemos, pois o próprio Jesus demonstrou isso, socorrendo todo tipo de necessitados. Todavia, mesmo no auge da sua popularidade, jamais se deixou envolver em disputas que não interessavam ao Reino de Deus.

O apogeu político da Igreja Católica na Idade Média e os erros por ela cometidos colocaram a estrutura da cristandade em delicado equilíbrio. Por volta do ano de 1500, qualquer abalo poderia desequilibrar todo o sistema. Tal abalo aconteceu com a venda de indulgências na Alemanha, estopim da Reforma, que buscava restaurar doutrinas básicas da Igreja. Depois dela, ocorreram profundas mudanças nas teorias econômicas e sociais. A filosofia, antes subordinada à teologia, tornou-se independente, passando a interessar-se pela matemática, física, medicina e outros ramos da ciência. O conhecimento da Bíblia, antes restrito ao clero, estimulou as massas analfabetas a buscarem alfabetização, educação, liberdade e bem-estar. Essa mudança revolucionária abriu caminho para uma nova visão da educação pública e para novas aplicações das descobertas científicas, ampliando também o alcance das ciências sociais. De igual modo, a literatura, as belas artes e a arquitetura enriqueceram-se e abriram espaço para as novas ideias contidas no Iluminismo a partir do século XVIII.

A modernidade ocidental recebeu importantes contribuições da Reforma. A unidade religiosa da Europa existente na Idade Média deixou de existir quando a cristandade foi dividida em católicos e protestantes. Os monarcas fortaleceram-se e, a partir desse fortalecimento, surgiu o Estado moderno, secular e centralizado. Já não era mais aceitável a pretensão do Papa de estender sua autoridade sobre os governantes. Nas terras católicas, a Igreja, enfraquecida, já não mais ousava desafiar os monarcas, de cujo apoio agora necessitava. Essa subordinação da autoridade clerical ao trono permitiu que os reis construíssem Estados fortes e centralizados.

Não se pode negar que, de início, a monarquia absoluta foi o grande beneficiário da Reforma. Nem Lutero nem Calvino defendiam a liberdade política. Para eles, o bom cristão devia obedecer cegamente ao governante, não podendo, em hipótese alguma, erguer-se contra ele, mesmo quando injusto. "Se o imperador me convoca, Deus me convoca", dizia Lutero. Ao que Calvino e seus seguidores acrescentavam serem os governantes escolhidos por Deus, e, portanto, somente Deus podia puni-los, jamais os súditos. Não obstante, teóricos protestantes preconizavam a resistência às autoridades quando estas violassem a Lei de Deus. A partir daí, abriram-se os espaços para a resistência às

monarquias tirânicas do século XVII e cresceu a noção de liberdade política, hoje característica do mundo ocidental.

A Reforma promoveu ainda a ideia da igualdade, que tem raízes judaico-cristãs, fincadas na crença em um Deus único, criador de todos os homens. A sociedade medieval desconsiderava essa igualdade. Em primeiro lugar, porque o feudalismo fazia distinções hereditárias entre nobres e plebeus, existindo uma hierarquia explícita entre as diferentes classes: o clero, a nobreza e o povo. Em segundo lugar, porque a Igreja admitia que somente o clero podia ministrar os sacramentos, único meio de a salvação ser alcançada. Por isso, era superior aos leigos. Lutero não via essa distinção. Todos eram igualmente cristãos e igualmente sacerdotes. O protestantismo não reconhecia a existência de intérpretes oficiais para as escrituras, e a relação do fiel com Deus era responsabilidade pessoal, ou seja, sem a intermediação de um clérigo. Essa visão fez surgir uma ética individualista. A consciência era a única fonte de julgamento e autoridade. Segundo Max Weber (1864–1920), essa noção de consciência individual contribuiu para desenvolver o capitalismo e os fundamentos da economia moderna. A Reforma, portanto, em seus diferentes momentos, a partir dos pré-reformadores, foi como o motor e seus quatro tempos (admissão, compressão, expansão e descarga) de que nos valemos pictoricamente nos Capítulos 1 e 2 deste livro.

Recapitulando, esses quatro tempos representam o caminho que conduziu a sociedade ao estágio de desenvolvimento atual. O primeiro, a admissão, representa os movimentos de inquietação social, resultantes da pregação de pré-reformadores como Guilherme de Ockham, John Wycliffe e Jan Hus. Tanto as classes desassistidas quanto a nobreza e parte do próprio clero perceberam e reagiram às injustiças sociais do sistema feudal, às ingerências do papa nos negócios seculares e ao estado decadente em que se encontrava a Igreja.

A compressão, segundo tempo do nosso motor imaginário, configurou-se nas diferentes reações dessas três classes: nobreza, clero e povo. As revoltas populares, os protestos na nobreza, insatisfeita com as vantagens concedidas ao clero, e a adesão aos novos rumos designados pelos pré-reformadores foram essenciais às mudanças introduzidas na sociedade.

Depois, a centelha da venda de indulgências na Alemanha produz a explosão com a colocação das *95 Teses* de Lutero na igreja do castelo de Wittenberg. Estava deflagrada a Reforma. Os conflitos e guerras que se

seguiram, as adesões e reflexos nas colônias conturbaram, como verdadeira explosão, o cenário da Europa pós-medieval. O tempo seguinte do nosso motor imaginário, a descarga, configurou-se nos rearranjos políticos e reconfigurações geográficas, sintetizadas na chamada Paz de Vestfália, a partir da qual se inaugura o sistema internacional como o que hoje conhecemos.

O mais é a repetição indefinida do ciclo, que nos conduz aos dias de hoje, à União Europeia (UE), às alianças militares, comunidades econômicas e a tantos eventos dos quais somos mais que espectadores, pois entram pela nossa casa adentro, em tempo real, através da Internet, das redes de televisão, redes sociais e tantos outros instrumentos hoje ao nosso alcance.

Tal foi a Reforma, uma revolução que, introduzindo profundas mudanças na vida dos povos, mais uma vez demonstrou ser Deus o centro de tudo e o Senhor da História.

APÊNDICE 2

AS *95 TESES* DE MARTINHO LUTERO - POR MARTINHO LUTERO

Debate para o esclarecimento do valor das indulgências pelo Dr. Martin Luther, 1517

> Por amor à verdade e no empenho de elucidá-la, discutir-se-á o seguinte em Wittenberg, sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero, mestre de Artes e de Santa Teologia e professor catedrático desta última, naquela localidade. Por esta razão, ele solicita que os que não puderem estar presentes e debater conosco oralmente o façam por escrito, mesmo que ausentes. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1. Ao dizer: "Fazei penitência", etc. [Mt 4.17], o nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis fosse penitência.

2. Esta penitência não pode ser entendida como penitência sacramental (isto é, da confissão e satisfação celebrada pelo ministério dos sacerdotes).

3. No entanto, ela não se refere apenas a uma penitência interior; sim, a penitência interior seria nula, se, externamente, não produzisse toda sorte de mortificação da carne.

4. Por consequência, a pena perdura enquanto persiste o ódio de si mesmo (isto é a verdadeira penitência interior), ou seja, até a entrada do reino dos céus.

5. O papa não quer nem pode dispensar de quaisquer penas senão daquelas que impôs por decisão própria ou dos cânones.

6. O papa não pode remitir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remitindo-a nos casos reservados para si; se estes forem desprezados, a culpa permanecerá por inteiro.

7. Deus não perdoa a culpa de qualquer pessoa sem, ao mesmo tempo, sujeitá-la, em tudo humilhada, ao sacerdote, seu vigário.

8. Os cânones penitenciais são impostos apenas aos vivos; segundo os mesmos cânones, nada deve ser imposto aos moribundos.

9. Por isso, o Espírito Santo nos beneficia através do papa quando este, em seus decretos, sempre exclui a circunstância da morte e da necessidade.

10. Agem mal e sem conhecimento de causa aqueles sacerdotes que reservam aos moribundos penitências canônicas para o purgatório.

11. Essa erva daninha de transformar a pena canônica em pena do purgatório parece ter sido semeada enquanto os bispos certamente dormiam.

12. Antigamente se impunham as penas canônicas não depois, mas antes da absolvição, como verificação da verdadeira contrição.

13. Através da morte, os moribundos pagam tudo e já estão mortos para as leis canônicas, tendo, por direito, isenção das mesmas.

14. Saúde ou amor imperfeito no moribundo necessariamente traz consigo grande temor, e tanto mais, quanto menor for o amor.

15. Este temor e horror por si sós já bastam (para não falar de outras coisas) para produzir a pena do purgatório, uma vez que estão próximos do horror do desespero.

16. Inferno, purgatório e céu parecem diferir da mesma forma que o desespero, o semidesespero e a segurança.

17. Parece desnecessário, para as almas no purgatório, que o horror diminua na medida em que cresce o amor.

18. Parece não ter sido provado, nem por meio de argumentos racionais nem da Escritura, que elas se encontram fora do estado de mérito ou de crescimento no amor.

19. Também parece não ter sido provado que as almas no purgatório estejam certas de sua bem-aventurança, ao menos não todas, mesmo que nós, de nossa parte, tenhamos plena certeza.

20. Portanto, sob remissão plena de todas as penas, o papa não entende simplesmente todas, mas somente aquelas que ele mesmo impôs.

21. Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.

22. Com efeito, ele não dispensa as almas no purgatório de uma única pena que, segundo os cânones, elas deveriam ter pago nesta vida.

23. Se é que se pode dar algum perdão de todas as penas a alguém, ele, certamente, só é dado aos mais perfeitos, isto é, pouquíssimos.

24. Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.

25. O mesmo poder que o papa tem sobre o purgatório de modo geral, qualquer bispo e cura tem em sua diocese e paróquia em particular.

26. O papa faz muito bem ao dar remissão às almas não pelo poder das chaves (que ele não tem), mas por meio de intercessão.

27. Pregam doutrina humana os que dizem que, tão logo tilintar a moeda lançada na caixa, a alma sairá voando [do purgatório para o céu].

28. Certo é que, ao tilintar a moeda na caixa, podem aumentar o lucro e a cobiça; a intercessão da Igreja, porém, depende apenas da vontade de Deus.

29. E quem é que sabe se todas as almas no purgatório querem ser resgatadas? Dizem que este não foi o caso com S. Severino e S. Pascoal.

30. Ninguém tem certeza da veracidade de sua contrição, muito menos de haver conseguido plena remissão.

31. Tão raro como quem é penitente de verdade é quem adquire autenticamente as indulgências, ou seja, é raríssimo.

32. Serão condenados em eternidade, juntamente com seus mestres, aqueles que se julgam seguros de sua salvação através de carta de indulgência.

33. Deve-se ter muita cautela com aqueles que dizem serem as indulgências do papa aquela inestimável dádiva de Deus através da qual a pessoa é reconciliada com Deus.

34. Pois aquelas graças das indulgências se referem somente às penas de satisfação sacramental, determinadas por seres humanos.

35. Não pregam cristãmente os que ensinam não ser necessária a contrição àqueles que querem resgatar ou adquirir breves confessionais.

36. Qualquer cristão verdadeiramente arrependido tem direito à remissão pela de pena e culpa, mesmo sem carta de indulgência.

37. Qualquer cristão verdadeiro, seja vivo, seja morto, tem participação em todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem carta de indulgência.

38. Mesmo assim, a remissão e participação do papa de forma alguma devem ser desprezadas, porque (como disse) constituem declaração do perdão divino.

39. Até mesmo para os mais doutos teólogos é dificílimo exaltar perante o povo ao mesmo tempo, a liberdade das indulgências e a verdadeira contrição.

40. A verdadeira contrição procura e ama as penas, ao passo que a abundância das indulgências as afrouxa e faz odiá-las, pelo menos dando ocasião para tanto.

41. Deve-se pregar com muita cautela sobre as indulgências apostólicas, para que o povo não as julgue erroneamente como preferíveis às demais boas obras do amor.

42. Deve-se ensinar aos cristãos que não é pensamento do papa que a compra de indulgências possa, de alguma forma, ser comparada com as obras de misericórdia.

43. Deve-se ensinar aos cristãos que, dando ao pobre ou emprestando ao necessitado, procedem melhor do que se comprassem indulgências.

44. Ocorre que através da obra de amor cresce o amor e a pessoa se torna melhor, ao passo que com as indulgências ela não se torna melhor, mas apenas mais livre da pena.

45. Deve-se ensinar aos cristãos que quem vê um carente e o negligencia para gastar com indulgências obtém para si não as indulgências do papa, mas a ira de Deus.

46. Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem bens em abundância, devem conservar o que é necessário para sua casa e de forma alguma desperdiçar dinheiro com indulgência.

47. Deve-se ensinar aos cristãos que a compra de indulgências é livre e não constitui obrigação.

48. Deve-se ensinar aos cristãos que, ao conceder indulgências, o papa, assim como mais necessita, da mesma forma mais deseja uma oração devota a seu favor do que o dinheiro que se está pronto a pagar.

49. Deve-se ensinar aos cristãos que as indulgências do papa são úteis se não depositam sua confiança nelas, porém, extremamente prejudiciais se perdem o temor de Deus por causa delas.

50. Deve-se ensinar aos cristãos que, se o papa soubesse das exações dos pregadores de indulgências, preferiria reduzir a cinzas a Basílica de S. Pedro a edificá-la com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas.

51. Deve-se ensinar aos cristãos que o papa estaria disposto - como é seu dever - a dar do seu dinheiro àqueles muitos de quem alguns pregadores de indulgências extraem ardilosamente o dinheiro, mesmo que para isto fosse necessário vender a Basílica de S. Pedro.

52. Vã é a confiança na salvação por meio de cartas de indulgências, mesmo que o comissário ou até mesmo o próprio papa desse sua alma como garantia pelas mesmas.

53. São inimigos de Cristo e do papa aqueles que, por causa da pregação de indulgências, fazem calar por inteiro a palavra de Deus nas demais igrejas.

54. Ofende-se a palavra de Deus quando, em um mesmo sermão, se dedica tanto ou mais tempo às indulgências do que a ela.

55. A atitude do papa é necessariamente esta: se as indulgências (que são o menos importante) são celebradas com um toque de sino, uma procissão e uma cerimônia, o Evangelho (que é o mais importante) deve ser anunciado com uma centena de sinos, procissões e cerimônias.

56. Os tesouros da Igreja, dos quais o papa concede as indulgências, não são suficientemente mencionados nem conhecidos entre o povo de Cristo.

57. É evidente que eles, certamente, não são de natureza temporal, visto que muitos pregadores não os distribuem tão facilmente, mas apenas os ajuntam.

58. Eles tampouco são os méritos de Cristo e dos santos, pois estes sempre operam, sem o papa, a graça do ser humano interior e a cruz, a morte e o inferno do ser humano exterior.

59. S. Lourenço disse que os pobres da Igreja são os tesouros da mesma, empregando, no entanto, a palavra como era usada em sua época.

60. É sem temeridade que dizemos que as chaves da Igreja, que lhe foram proporcionadas pelo mérito de Cristo, constituem este tesouro.

61. Pois está claro que, para a remissão das penas e dos casos, o poder do papa por si só é suficiente.

62. O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo Evangelho da glória e da graça de Deus.

63. Este tesouro, entretanto, é o mais odiado, e com razão, porque faz com que os primeiros sejam os últimos.

64. Em contrapartida, o tesouro das indulgências é o mais benquisto, e com razão, pois faz dos últimos os primeiros.

65. Por esta razão, os tesouros do Evangelho são as redes com que outrora se pescavam homens possuidores de riquezas.

66. Os tesouros das indulgências, por sua vez, são as redes com que hoje se pesca a riqueza dos homens.

67. As indulgências apregoadas pelos seus vendedores como as maiores graças realmente podem ser entendidas como tal, na medida em que dão boa renda.

68. Entretanto, na verdade, elas são as graças mais ínfimas em comparação com a graça de Deus e a piedade na cruz.

69. Os bispos e curas têm a obrigação de admitir com toda a reverência os comissários de indulgências apostólicas.

70. Têm, porém, a obrigação ainda maior de observar com os dois olhos e atentar com ambos os ouvidos para que esses comissários não preguem os seus próprios sonhos em lugar do que lhes foi incumbido pelo papa.

71. Seja excomungado e maldito quem falar contra a verdade das indulgências apostólicas.

72. Seja bendito, porém, quem ficar alerta contra a devassidão e licenciosidade das palavras de um pregador de indulgências.

73. Assim como o papa, com razão, fulmina aqueles que, de qualquer forma, procuram defraudar o comércio de indulgências,

74. muito mais deseja fulminar aqueles que, a pretexto das indulgências, procuram defraudar a santa caridade e verdade.

75. A opinião de que as indulgências papais são tão eficazes ao ponto de poderem absolver um homem mesmo que tivesse violentado a mãe de Deus, caso isso fosse possível, é loucura.

76. Afirmamos, pelo contrário, que as indulgências papais não podem anular sequer o menor dos pecados veniais no que se refere à sua culpa.

77. A afirmação de que nem mesmo S. Pedro, caso fosse o papa atualmente, poderia conceder maiores graças é blasfêmia contra São Pedro e o papa.

78. Afirmamos, ao contrário, que também este, assim como qualquer papa, tem graças maiores, quais sejam, o Evangelho, os poderes, os dons de curar, etc., como está escrito em 1 Co 12.

79. É blasfêmia dizer que a cruz com as armas do papa, insignemente erguida, equivale à cruz de Cristo.

80. Terão que prestar contas os bispos, curas e teólogos que permitem que semelhantes conversas sejam difundidas entre o povo.

81. Essa licenciosa pregação de indulgências faz com que não seja fácil, nem para os homens doutos, defender a dignidade do papa contra calúnias ou perguntas, sem dúvida argutas, dos leigos.

82. Por exemplo: por que o papa não evacua o purgatório por causa do santíssimo amor e da extrema necessidade das almas — o que seria a mais justa de todas as causas —, se redime um número infinito de almas por causa do funestíssimo dinheiro para a construção da basílica — que é uma causa tão insignificante?

83. Do mesmo modo: por que se mantêm as exéquias e os aniversários dos falecidos e por que ele não restitui ou permite que se recebam de volta as doações efetuadas em favor deles, visto que já não é justo orar pelos redimidos?

84. Do mesmo modo: que nova piedade de Deus e do papa é essa: por causa do dinheiro, permitem ao ímpio e inimigo redimir uma alma piedosa e amiga de Deus, porém não a redimem por causa da necessidade da mesma alma piedosa e dileta, por amor gratuito?

85. Do mesmo modo: por que os cânones penitenciais — de fato e por desuso já há muito revogados e mortos — ainda assim são redimidos com dinheiro, pela concessão de indulgências, como se ainda estivessem em pleno vigor?

86. Do mesmo modo: por que o papa, cuja fortuna hoje é maior do que a dos mais ricos Crassos, não constrói com seu próprio dinheiro ao menos esta uma basílica de São Pedro, ao invés de fazê-lo com o dinheiro dos pobres fiéis?

87. Do mesmo modo: o que é que o papa perdoa e concede àqueles que, pela contrição perfeita, têm direito à remissão e participação plenária?

88. Do mesmo modo: que benefício maior se poderia proporcionar à Igreja do que se o papa, assim como agora o faz uma vez, da mesma forma concedesse essas remissões e participações 100 vezes ao dia a qualquer dos fiéis?

89. Já que, com as indulgências, o papa procura mais a salvação das almas do o dinheiro, por que suspende as cartas e indulgências outrora já concedidas, se são igualmente eficazes?

90. Reprimir esses argumentos muito perspicazes dos leigos somente pela força, sem refutá-los apresentando razões, significa expor a Igreja e o papa à zombaria dos inimigos e desgraçar os cristãos.

91. Se, portanto, as indulgências fossem pregadas em conformidade com o espírito e a opinião do papa, todas essas objeções poderiam ser facilmente respondidas e nem mesmo teriam surgido.

92. Fora, pois, com todos esses profetas que dizem ao povo de Cristo: "Paz, paz!" sem que haja paz!

93. Que prosperem todos os profetas que dizem ao povo de Cristo: "Cruz! Cruz!" sem que haja cruz!

94. Devem-se exortar os cristãos a que se esforcem por seguir a Cristo, seu cabeça, através das penas, da morte e do inferno;

95. E, assim, a que confiem que entrarão no céu antes através de muitas tribulações do que pela segurança da paz.

1517 A.D. Em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

MEMORIAL DE GRATIDÃO NA ILHA DE VILLEGAIGNON

Um marco histórico e forte ligação entre a Escola Naval do RJ e o Mackenzie

Nos dias 9 a 11 de maio desse ano, aconteceu no RJ a 42ª edição da Macnav. Uma das mais tradicionais competições esportivas do Mackenzie, que envolve alunos da Engenharia Mackenzie e da Escola Naval da Marinha, competição esta que existe desde sua primeira edição em 1947. Mas há uma ligação muito mais antiga entre a Escola Naval e a Universidade Presbiteriana Mackenzie. O cenário da Macnav no Rio de Janeiro é a Ilha de Villegaignon na famosa Baía da Guanabara. Local em que no dia 7 de março de 1557 chegava, uma expedição francesa comandada pelo vice-almirante Nicolas Durand de Villegaignon.

Nicolas Villegaignon entrou em contato com João Calvino e com a Igreja Reformada de Genebra e solicitou o envio de pastores que pudessem contribuir na evangelização da nossa pátria. Sendo assim, em 19 de Novembro de 1556, 2 pastores, 12 artesãos genebrinos e cerca de trezentos colonos embarcaram para o Brasil. Para acompanhar os colonos nessa expedição, João Calvino nomeou os pastores Pierre Richier e Guillaume Chartier. Os objetivos específicos com esta expedição eram evangelizar os indígenas e implantar a fé reformada aqui no Brasil.

No dia 10 de março de 1557, o grupo desembarcava no forte Coligny, no Rio de Janeiro. Naquela mesma noite, os huguenotes (calvinistas franceses) se reuniram num pequeno salão na ilha conhecida hoje pelo nome de Ilha de Villegaignon para realizar o primeiro culto protestante das Américas no Brasil. O pregador foi o Rev. Pierre Richier, enviado pelo próprio Calvino, e seu sermão foi baseado no Salmo 27.4: "*Uma coisa peço ao Senhor, e a buscarei: que eu possa morar na Casa do Senhor todos os dias da minha vida, para contemplar a beleza do Senhor e meditar no seu templo*". O sermão pregado e as palavras do salmo afirmavam a segurança e o descanso merecido de uma viagem tão longa (4 meses) atravessando o oceano até chegarem ao Brasil.

Infelizmente, pouco tempo depois Villegaignon entrou em conflito com os calvinistas sobre questões doutrinárias e os expulsou da pequena ilha em que se encontravam. Villegaignon estava revelando seu verdadeiro caráter. Ele nunca havia se convertido à fé reformada. Os huguenotes romperam com ele e uma grande parte retornou para Genebra, em 1558, em um navio francês. Mas cinco huguenotes (Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon, André la Fon e Jacques Le Balleur.) resolveram ficar e foram hostilizados por Villeigaignon que os acusou de serem traidores. Villegaignon então formulou um questionário com várias perguntas com questões relacionadas com a fé, pontos doutrinários e práticas litúrgicas, dando-lhes 12 horas para responderem por escrito. A resposta do questionário se tornou a chamada Confissão de Fé da Guanabara (1558) ou Confissão Fluminense, importantíssimo documento, pois foi a primeira confissão de fé protestante feita fora da Europa. Os dezessete parágrafos de diferentes tamanhos foi redigido, inicialmente em latim, por Jean Du Bourdel, por ser o mais culto e preparado dentre eles.

Tristemente, Villegaignon, sob a alegação de heresia ordenou a execução de Jean du Burdel, Matthieu Vernevil e Pierre Buordon que foram estrangulados e jogados ao mar. André la Fon foi poupado por ser o único alfaiate da ilha. Jacques Le Balleur fugiu, mas foi preso e alguns anos depois (1567), foi enforcado no Rio de Janeiro.

Atualmente, na Escola Naval da Marinha, no Rio de Janeiro, temos o monumento Memorial de Gratidão que é considerado um marco significativo dessa nossa história, onde foi realizado o primeiro culto protestante no Brasil e onde os visitantes podem ler, nas placas do Memorial, os dezessete parágrafos da Confissão da Guanabara escrita pelos calvinistas franceses.

Apesar do seu trágico desfecho, a vinda desses calvinistas para o Brasil tem grande valor para a história das missões e para o protestantismo, em virtude do seu caráter pioneiro. Esta foi a primeira tentativa de implantação de uma igreja reformada e de um trabalho missionário protestante na América Latina. O heroísmo dos mártires calvinistas tem inspirado sucessivas gerações de evangélicos no Brasil e no mundo.

Rev. Gildásio Jesus Barbosa dos Reis
Capelão Esportivo da Universidade.

A CONFISSÃO DE FÉ DA GUANABARA (1558) JEAN DE BOURDEL, MATTHIEU VERNEUIL, PIERRE BOURDON E ANDRÉ LA FON

HISTÓRICO

No dia 7 de março de 1557, chegou a Guanabara um grupo de huguenotes (calvinistas franceses) com o propósito de ajudar a estabelecer um refúgio para os calvinistas perseguidos na França. Perseguidos também na Guanabara em virtude de sua fé reformada, alguns conseguiram escapar; outros, foram condenados à morte por Villegaignon, foram enforcados e seus corpos atirados de um despenhadeiro, em 1558. Antes de morrer, entretanto, foram obrigados a professar por escrito sua fé, no prazo de doze horas, respondendo uma série de perguntas que lhes foram entregues. Eles assim o fizeram, e escreveram a primeira confissão de fé na América, sabendo que com ela estavam assinando a própria sentença de morte.

TEXTO DA CONFISSÃO

Segundo a doutrina de S. Pedro Apóstolo, em sua primeira epístola, todos os cristãos devem estar sempre prontos para dar razão da esperança que neles há, e isso com toda a doçura e benignidade, nós abaixo assinados, Senhor de Villegaignon, unanimemente (segundo a medida de graça que o Senhor nos tem concedido) damos razão, a cada ponto, como nos haveis apontado e ordenado, e começando no primeiro artigo:

I. Cremos em um só Deus, imortal, invisível, criador do céu e da terra, e de todas as coisas, tanto visíveis como invisíveis, o qual é distinto em três pessoas: o Pai, o Filho e o Santo Espírito, que não constituem senão uma mesma substância em essência eterna e uma mesma vontade; o Pai, fonte e começo de todo o bem; o Filho, eternamente gerado do Pai, o qual, cumprida a plenitude do tempo, se manifestou em carne ao mundo, sendo concebido do Santo Espírito, nasceu da virgem Maria, feito sob a lei para resgatar os que sob ela estavam, a fim de que rece-

bêssemos a adoção de próprios filhos; o Santo Espírito, procedente do Pai e do Filho, mestre de toda a verdade, falando pela boca dos profetas, sugerindo as coisas que foram ditas por nosso Senhor Jesus Cristo aos apóstolos. Este é o único Consolador em aflição, dando constância e perseverança em todo bem.

Cremos que é mister somente adorar e perfeitamente amar, rogar e invocar a majestade de Deus em fé ou particularmente.

II. Adorando nosso Senhor Jesus Cristo, não separamos uma natureza da outra, confessando as duas naturezas, a saber, divina e humana nele inseparáveis.

III. Cremos, quanto ao Filho de Deus e ao Santo Espírito, o que a Palavra de Deus e a doutrina apostólica, e o símbolo, nos ensinam.

IV. Cremos que nosso Senhor Jesus Cristo virá julgar os vivos e os mortos, em forma visível e humana como subiu ao céu, executando tal juízo na forma em que nos predisse no capítulo vinte e cinco de Mateus, tendo todo o poder de julgar, a Ele dado pelo Pai, sendo homem.

E, quanto ao que dizemos em nossas orações, que o Pai aparecerá enfim na pessoa do Filho, entendemos por isso que o poder do Pai, dado ao Filho, será manifestado no dito juízo, não todavia que queiramos confundir as pessoas, sabendo que elas são realmente distintas uma da outra.

V. Cremos que no santíssimo sacramento da ceia, com as figuras corporais do pão e do vinho, as almas fiéis são realmente e de fato alimentadas com a própria substância do nosso Senhor Jesus, como nossos corpos são alimentados de alimentos, e assim não entendemos dizer que o pão e o vinho sejam transformados ou transubstanciados no seu corpo, porque o pão continua em sua natureza e substância, semelhantemente ao vinho, e não há mudança ou alteração.

Distinguimos, todavia, este pão e vinho do outro pão que é dedicado ao uso comum, sendo que este nos é um sinal sacramental, sob o qual a verdade é infalivelmente recebida. Ora, esta recepção não se faz senão por meio da fé e nela não convém imaginar nada de carnal, nem preparar os dentes para comer, como santo Agostinho nos ensina, dizendo: "Porque preparas tu os dentes e o ventre? Crê, e tu o comeste."

O sinal, pois, nem nos dá a verdade, nem a coisa significada; mas Nosso Senhor Jesus Cristo, por seu poder, virtude e bondade, alimenta e preserva nossas almas, e as faz participantes da sua carne, e de seu sangue, e de todos os seus benefícios.

Vejamos a interpretação das palavras de Jesus Cristo: "Este pão é meu corpo." Tertuliano, no livro quarto contra Marcião, explica estas palavras assim: "este é o sinal e a figura do meu corpo."

S. Agostinho diz: "O Senhor não evitou dizer: — Este é o meu corpo, quando dava apenas o sinal de seu corpo."

Portanto (como é ordenado no primeiro cânon do Concílio de Nicéia), neste santo sacramento não devemos imaginar nada de carnal e nem nos distrair no pão e no vinho, que nos são neles propostos por sinais, mas levantar nossos espíritos ao céu para contemplar pela fé o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus, sentado à destra de Deus, seu Pai.

Neste sentido podíamos jurar o artigo da Ascensão, com muitas outras sentenças de Santo Agostinho, que omitimos, temendo ser longas.

VI. Cremos que, se fosse necessário pôr água no vinho, os evangelistas e São Paulo não teriam omitido uma coisa de tão grande consequência.

E quanto ao que os doutores antigos têm observado (fundamentando-se sobre o sangue misturado com água que saiu do lado de Jesus Cristo, desde que tal observância não tem fundamento na Palavra de Deus, visto mesmo que depois da instituição da Santa Ceia isso aconteceu), nós não podemos hoje admitir necessariamente.

VII. Cremos que não há outra consagração senão a que se faz pelo ministro, quando se celebra a ceia, recitando o ministro ao povo, em linguagem conhecida, a instituição desta ceia literalmente, segundo a forma que nosso Senhor Jesus Cristo nos prescreveu, admoestando o povo quanto à morte e paixão do nosso Senhor. E mesmo, como diz santo Agostinho, a consagração é a palavra de fé que é pregada e recebida em fé. Pelo que, segue-se que as palavras secretamente pronunciadas sobre os sinais não podem ser a consagração como aparece da instituição que nosso Senhor Jesus Cristo deixou aos seus apóstolos, dirigindo suas palavras aos seus discípulos presentes, aos quais ordenou tomar e comer.

VIII. O santo sacramento da ceia não é alimento para o corpo como para as almas (porque nós não imaginamos nada de carnal, como declaramos no artigo quinto) recebendo-o por fé, a qual não é carnal.

IX. Cremos que o batismo é sacramento de penitência, e como uma entrada na igreja de Deus, para sermos incorporados em Jesus Cristo. Representa-nos a remissão de nossos pecados passados e futuros, a qual é adquirida plenamente, só pela morte de nosso Senhor Jesus.

De mais, a mortificação de nossa carne aí nos é representada, e a lavagem, representada pela água lançada sobre a criança, é sinal e selo do sangue de nosso Senhor Jesus, que é a verdadeira purificação de nossas almas. A sua instituição nos é ensinada na Palavra de Deus, a qual os santos apóstolos observaram, usando de água em nome do Pai, do Filho e do Santo Espírito. Quanto aos exorcismos, abjurações de Satanás, crisma, saliva e sal, nós os registramos como tradições dos homens, contentando-nos só com a forma e instituição deixada por nosso Senhor Jesus.

X. Quanto ao livre-arbítrio, cremos que, se o primeiro homem, criado à imagem de Deus, teve liberdade e vontade, tanto para bem como para mal, só ele conheceu o que era livre arbítrio, estando em sua integridade. Ora, ele nem apenas guardou este dom de Deus, assim como dele foi privado por seu pecado, e todos os que descendem dele, de sorte que nenhum da semente de Adão tem uma centelha do bem.

Por esta causa, diz São Paulo, o homem natural não entende as coisas que são de Deus. E Oséias clama aos filhos de Israel: "Tua perdição é de ti, ó Israel." Ora isto entendemos do homem que não é regenerado pelo Santo Espírito.

Quanto ao homem cristão, batizado no sangue de Jesus Cristo, o qual caminha em novidade de vida, nosso Senhor Jesus Cristo restitui nele o livre arbítrio, e reforma a vontade para todas as boas obras, não todavia em perfeição, porque a execução de boa vontade não está em seu poder, mas vem de Deus, como amplamente este santo apóstolo declara, no sétimo capítulo aos Romanos, dizendo: "Tenho o querer, mas em mim não acho o realizar."

O homem predestinado para a vida eterna, embora peque por fragilidade humana, todavia não pode cair em impenitência.

A este propósito, S. João diz que ele não peca, porque a eleição permanece nele.

XI. Cremos que pertence só à Palavra de Deus perdoar os pecados, da qual, como diz santo Ambrósio, o homem é apenas o ministro; portanto, se ele condena ou absolve, não é ele, mas a Palavra de Deus que ele anuncia.

Santo Agostinho, neste lugar diz que não é pelo mérito dos homens que os pecados são perdoados, mas pela virtude do Santo Espírito. Porque o Senhor dissera aos seus apóstolos: "recebei o Santo Espírito;" depois acrescenta: "Se perdoardes a alguém os seus pecados," etc.

Cipriano diz que o servo não pode perdoar a ofensa contra o Senhor.

XII. Quanto à imposição das mãos, essa serviu em seu tempo, e não há necessidade de conservá-la agora, porque pela imposição das mãos não se pode dar o Santo Espírito, porquanto isto só a Deus pertence.

No tocante à ordem eclesiástica, cremos no que S. Paulo dela escreveu na primeira epístola a Timóteo, e em outros lugares.

XIII. A separação entre o homem e a mulher legitimamente unidos por casamento não se pode fazer senão por causa de adultério, como nosso Senhor ensina (Mateus 19:5). E não somente se pode fazer a separação por essa causa, mas também, bem examinada a causa perante o magistrado, a parte não culpada, se não podendo conter-se, deve casar-se, como São Ambrósio diz sobre o capítulo sete da Primeira Epístola aos Coríntios. O magistrado, todavia, deve nisso proceder com madureza de conselho.

XIV. São Paulo, ensinando que o bispo deve ser marido de uma só mulher, não diz que não lhe seja lícito tornar a casar, mas o santo apóstolo condena a bigamia a que os homens daqueles tempos eram muito afeitos; todavia, nisso deixamos o julgamento aos mais versados nas Santas Escrituras, não se fundando a nossa fé sobre esse ponto.

XV. Não é lícito votar a Deus, senão o que ele aprova. Ora, é assim que os votos monásticos só tendem à corrupção do verdadeiro serviço de Deus. É também grande temeridade e presunção do homem fazer votos além da medida de sua vocação, visto que a santa Escritura nos ensina que a continência é um dom especial (Mateus 15 e 1 Coríntios 7). Portanto, segue-se que os que se impõem esta necessidade, renunciando ao matrimônio toda a sua vida, não podem ser desculpados de extrema temeridade e confiança excessiva e insolente em si mesmos.

E por este meio tentam a Deus, visto que o dom da continência é em alguns apenas temporal, e o que o teve por algum tempo não o terá pelo resto da vida. Por isso, pois, os monges, padres e outros tais que se obrigam e prometem viver em castidade, tentam contra Deus, por isso que não está neles o cumprir o que prometem. São Cipriano, no capítulo onze, diz assim: "Se as virgens se dedicam de boa vontade a Cristo, perseverem em castidade sem defeito; sendo assim fortes e constantes, esperem o galardão preparado para a sua virgindade; se não querem ou não podem perseverar nos votos, é melhor que se casem do que serem precipitadas no fogo da lascívia por seus prazeres e delícias." Quanto à passagem do apóstolo S. Paulo, é verdade que as viúvas tomadas para servir à igreja, se submetiam a não mais casar, enquanto estivessem sujeitas ao dito cargo, não que por isso se lhes reputasse ou atribuísse alguma santidade, mas porque não podiam bem desempenhar os deveres, sendo casadas; e, querendo casar, renunciassem à vocação para a qual Deus as tinha chamado, contudo que cumprissem as promessas feitas na igreja, sem violar a promessa feita no batismo, na qual está contido este ponto: "Que cada um deve servir a Deus na vocação em que foi chamado." As viúvas, pois, não faziam voto de continência, senão porque o casamento não convinha ao ofício para que se apresentavam, e não tinha outra consideração que cumpri-lo. Não eram tão constrangidas que não lhes fosse antes permitido casar que se abrasar e cair em alguma infâmia ou desonestidade.

Mas, para evitar tal inconveniência, o apóstolo São Paulo, no capítulo citado, proíbe que sejam recebidas para fazer tais votos sem que tenham a idade de sessenta anos, que é uma idade normalmente fora da incontinência. Acrescenta que os eleitos só devem ter sido casados uma vez, a fim de que por essa forma, tenham já uma aprovação de continência.

XVI. Cremos que Jesus Cristo é o nosso único Mediador, intercessor e advogado, pelo qual temos acesso ao Pai, e que, justificados no seu sangue, seremos livres da morte, e por ele já reconciliados teremos plena vitória contra a morte.

Quanto aos santos mortos, dizemos que desejam a nossa salvação e o cumprimento do Reino de Deus, e que o número dos eleitos se complete; todavia, não nos devemos dirigir a eles como intercessores para obterem alguma coisa, porque desobedeceríamos o mandamento

de Deus. Quanto a nós, ainda vivos, enquanto estamos unidos como membros de um corpo, devemos orar uns pelos outros, como nos ensinam muitas passagens das Santas Escrituras.

XVII. Quanto aos mortos, São Paulo, na Primeira Epístola aos Tessalonicenses, no capítulo quatro, nos proíbe entristecer-nos por eles, porque isto convém aos pagãos, que não têm esperança alguma de ressuscitar. O apóstolo não manda e nem ensina orar por eles, o que não teria esquecido se fosse conveniente. S. Agostinho, sobre o Salmo 48, diz que os espíritos dos mortos recebem conforme o que tiverem feito durante a vida; que se nada fizeram, estando vivos, nada recebem, estando mortos.

Esta é a resposta que damos aos artigos por vós enviados, segundo a medida e porção da fé, que Deus nos deu, suplicando que lhe praza fazer que em nós não seja morta, antes produza frutos dignos de seus filhos, e assim, fazendo-nos crescer e perseverar nela, lhe rendamos graças e louvores para sempre. Assim seja.

Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon, André la Fon.
Fonte: http://www.luz.eti.br/do_confissaodefedaguanabara.html

PERIGOS DO EXTREMISMO ECOLÓGICO

ANTECEDENTES

A abertura econômica na União Soviética, iniciada por Mikhail Gorbachev na década dos 80, apontava claramente para o fim da utopia comunista. A queda do muro de Berlim, em 1989, precipitou a desintegração do sistema soviético e, por fim, a 25 de dezembro de 1991, Gorbachev renuncia. Seis dias depois, a 31 de dezembro, cessam todas as atividades administrativas do país, as repúblicas soviéticas se tornam independentes e a União Soviética deixa de existir. Em todo o mundo os comunistas correram desesperados em busca de partidos políticos onde se abrigar das críticas e das perdas eleitorais, sem terem que necessariamente abdicar dos métodos de ação e da ideologia que durante décadas ensinaram e praticaram. Encontraram esse refúgio na falácia do desenvolvimento sustentável e da crise ambiental que já então desenvolvia contornos políticos no mundo ocidental.

GREENPEACE

Patrick Moore, fundador do movimento ambientalista denominado Greenpeace, explicou numa entrevista, por que abandonou aquela organização, por ele criada: "O extremismo ecológico surgiu em consequência do fracasso do comunismo mundial. O muro de Berlim caía e um mundo de pacifistas e ativistas políticos se reciclava no movimento ambientalista. Eles traziam consigo o neomarxismo e aprendiam a linguagem verde de uma maneira muito astuta, para promover um programa que tinha mais a ver com a antiglobalização e o anticapitalismo, do que com a ecologia e a ciência".

REFLEXOS NO BRASIL

O ciclo dos governos militares impediu que o Brasil caísse na órbita soviética. Tendo promovido a estabilidade econômica, os militares gradativamente devolveram o poder aos civis, não sem antes enfrentarem os movimentos de esquerda, que insistiam na sovietização do país, a exemplo do que ocorrera em Cuba com a revolução castrista. Como se sabe, há mais de meio século persiste na ilha de Fidel Castro uma

ditadura comunista, alvo de muito apreço de alguns partidos políticos brasileiros, principalmente dos que representam os movimentos sindical e ecológico. Não por coincidência, foram esses partidos que ofereceram guarida aos pacifistas e ativistas políticos na reciclagem a que acima se referiu Patrick Moore, quando do desmoronamento da União Soviética.

Para os comunistas, a manipulação das supostas ameaças ao meio-ambiente serviu como luva, pois o capitalismo passou a ser responsabilizado pelas mazelas ambientais, que, segundo eles, produzirão fome e miséria a longo prazo. O surgimento dos profetas do caos ambiental deve ser colocado nesta conta. Para estes é necessário abolir a sociedade rica e produtiva e instaurar um Estado que intervenha livremente nas questões ambientais, econômicas e sociais. Em outras palavras, um Estado autoritário. É neste contexto que se insere a batalha travada no Congresso em torno do novo Código Florestal, bem como as tentativas de impedir a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, que será a terceira maior do mundo. Por aí também se insere a questão das imensas reservas indígenas situadas em regiões ricas em minérios estratégicos, colocados sob domínio dos índios e, portanto, fora do controle econômico do país.

O PAPEL DA IGREJA

No Gênesis encontramos o mandato de Deus outorgado ao homem para encher a terra, cultivá-la e fazê-la próspera (Gênesis 1.28 e 9.1). Após a descrição do paraíso, encontramos a síntese dos nossos deveres ecológicos: "E tomou o Senhor Deus o homem e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar" (Gênesis 2.15). Não devemos, pois, descurar do trato responsável da terra, quando lemos que sua lavra e guarda nos pertencem. Portanto, a Igreja não pode atrelar-se ao movimento ecológico nos moldes em que vem sendo conduzido. Todos os indícios apontam para uma "ditadura verde", como bem definiu Václav Klaus, atual presidente da República Tcheca, ele próprio oriundo do comunismo, em seu livro Planeta Azul em Algemas Verdes: "Não é o clima, mas a liberdade que está em perigo". Bem sabemos que as profecias bíblicas referentes a um governo mundial já se encontram em pleno cumprimento, pois os organismos internacionais manobram no sentido de reduzir ou abolir a soberania das nações. Sigamos, pois, as instruções deixadas por Jesus em relação a este momento: "... quando

estas coisas começarem a acontecer, olhai para cima e levantai as vossas cabeças, porque a vossa redenção está próxima." (Lucas 21.28). Maranata! Ora vem Senhor Jesus!

Artigo do autor, publicado no jornal *Mensageiro da Paz*, (CPAD).

APÊNDICE 5

ONGS MANIPULAM IGREJAS NO BRASIL

Conhecidas também como OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e organizações do terceiro setor, as ONGs (Organizações Não Governamentais) proliferaram desordenadamente no Brasil, graças à plena liberdade de associação garantida pelo artigo quinto da Constituição e ao controle deficiente dos órgãos públicos que as deveriam fiscalizar. Em 2002, existiam 276 mil ONGs em nosso país, 100 mil das quais na Amazônia. Os serviços de inteligência já localizaram algumas envolvidas com tráfico de drogas, armas, lavagem de dinheiro e espionagem. Em fins de 2007, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa declinou números preocupantes e envolvimentos perturbadores dessas instituições, muitas das quais estrangeiras. que dispõem de vultosos recursos e praticam crescente ingerência em questões de política interna.

ONGs de defesa ambiental têm dificultado importantes projetos (usinas hidrelétricas e nucleares), sendo o mais recente (abri de 2010) a tentativa de impedir a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, estado do Pará. Essa usina é de suma importância, em face dos benefícios econômicos e sociais que trará às populações ribeirinhas, além das compensações financeiras ao maior município do Brasil, Altamira. Seu impacto econômico proporcionará desenvolvimento a toda a Amazônia. Podemos citar ainda entre fatos recentes envolvendo as ONGs o rumoroso debate sobre as obras de transposição do rio São Francisco.

Cálculos de 1999 estimam haver entrado no Brasil, naquele ano, mais de 500 milhões de dólares destinados a essas instituições. A disponibilidade de tão vastos recursos dá condições às ONGs de interferirem nos mais diversos setores da sociedade, inclusive nas igrejas. Em 2005, veio a público a tragédia da irmã Dorothy Stang, freira norte-americana, parceira de grupos ambientalistas, assassinada no Pará, em conflito de terras. Em março de 2007, o Senado Federal instalou Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar essas instituições, o que, segundo o noticiário, provocou uma corrida para livrar da investigação as que são dirigidas por políticos e seus familiares. E não são poucas.

Igrejas evangélicas brasileiras começaram a envolver-se com as ONGs na década de 1980, com a chegada ao Brasil de bizarros evangelistas americanos. Dessa invasão de recursos estrangeiros, surgiram os pastores-empresários e as igrejas-empresa, o que seduziu alguns obreiros de renome, atraindo-os a variadas militâncias, alheias ao evangelho. Em seguida, a onda "gospel" e os cultos-*shows* tornaram-se fontes de renda para seus titulares. Os efeitos sobre a doutrina não se fizeram esperar, dando surgimento a um evangelho superficial, focado apenas no sucesso financeiro. Já em 1999, a revista Obreiro, da CPAD, publicava artigo alertando as igrejas a não se deixarem envolver pelos velhos bordões dos direitos humanos e da ecologia, ardilosamente manipulados. (Igreja, Nova Era e ONGs - Obreiro, número 07, ano 23, fevereiro 1999).

A tática é atrair igrejas aos projetos mediante retribuição financeira. Surge, então, uma instituição híbrida, meio igreja meio ONG, envolvida com alfabetização, assistência social, adoção de crianças, projetos missionários, defesa de minorias, preservação ambiental e redes de comunicação. Os líderes são manipulados por interesses transnacionais, e as igrejas servem de homizio a infratores de nível internacional. Não raro, a prática é acompanhada de envolvimento político partidário. Eventualmente, surge uma instituição filantrópica de fachada, que passa a desfrutar das isenções fiscais da igreja.

A mídia tem divulgado com relativa frequência os escândalos resultantes desse ambiente promíscuo, onde evangelho e negócios obscuros se encontram. Ficou notório, em 2007, o envolvimento de igrejas com o chamado "escândalo das ambulâncias" ou "das sanguessugas". A fraude consistia em receber esses veículos com defeitos, sem os equipamentos necessários e superfaturados em até 110%. Deputados tiveram mandatos cassados ou renunciaram para fugir à cassação.

Bem sabemos que a assistência social faz parte da estratégia evangelística. Todavia, as igrejas devem tomar cuidado com instituições alheias aos princípios bíblicos, que se propõem a custear projetos sociais, missionários, redes de comunicação e até mesmo versões da Bíblia. Em diversos casos, essa parceria tem alimentado o noticiário escandaloso e serve de escárnio aos sãos princípios que nos cabe preservar.

APÊNDICE 6

A CANONIZAÇÃO DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA

Notícias dadas à imprensa pelo arcebispo de Aparecida indicam estar chegando ao fim um processo de canonização, iniciado há mais de quatrocentos anos. Brevemente o Papa Francisco expedirá um decreto declarando santo o padre José de Anchieta. Não haverá cerimônia solene na Praça de São Pedro, como normalmente ocorre. Somente discretas celebrações.

Embora se possa divergir biblicamente da metodologia adotada pela Igreja Católica na santificação de mortos, deve-se reconhecer que o processo é cercado de cuidados extremos, razão pela qual tanto tempo se despendeu na avaliação daquele sacerdote jesuíta, cognominado "O Apóstolo do Brasil". Durante este longo período, Anchieta foi reconhecido venerável em 1736 e beato em 1980, às vésperas da visita de João Paulo II ao Brasil. Vamos, pois, buscar entender as razões de tantas delongas ao referido processo, iniciado em 1597.

ANTECEDENTES

Reunidos na cidade espanhola de Tordesilhas em 1494, os representantes dos reis de Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Tordesilhas, que declarava pertencerem àqueles dois países todas as terras da América, já descobertas ou não por Cristóvão Colombo. O tratado foi aprovado pelo Papa Alexandre VI, autoridade que se sobrepunha à dos monarcas e dirimia litígios entre eles. O tratado desagradou aos demais soberanos europeus e um deles, Francisco I da França, resolveu enfrentar a situação, declarando ironicamente desconhecer o testamento do pai Adão que legara o mundo a espanhóis e portugueses.

Em meados do século XVI, naus francesas passaram a percorrer o litoral do Brasil, estabelecendo bases comerciais e praticando o escambo, isto é, trocando mercadorias europeias por produtos locais. Muitos franceses até se uniram a mulheres indígenas, aumentando assim a população da colônia. Nesse tempo a Reforma Luterana acendia fortes disputas religiosas na Europa e a chamada Santa Inquisição já mandara para a fogueira alguns "hereges", pela ousadia de contrariarem dogmas católicos. Em ambiente assim, de disputas comerciais e religiosas,

nasce a Companhia de Jesus, em 1540, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola, militar e fidalgo espanhol, que a coloca à disposição do papa, esperando contribuir para a expansão da Igreja, através da educação e da disciplina. Os jesuítas, que se intitulavam "soldados de Cristo", assumiram a linha de frente da Contrarreforma, dispostos a matar e morrer pela reconquista dos territórios perdidos, tanto na Europa quanto nas colônias. Com este propósito, pois, chegam ao Brasil, em 1553, diversos padres, entre eles José de Anchieta.

FRANÇA ANTÁRTICA

Em 1555, sob o comando de Nicolau Durand de Villegagnon, um grupo de huguenotes, franceses adeptos da Reforma, estabelecem uma base comercial na ilha de Serigipe, Rio de Janeiro, onde constroem um forte, a que denominam Coligny, em homenagem ao almirante francês Gaspard de Coligny, convertido ao Protestantismo. O empreendimento se chamou França Antártica. Ali esperavam exercer o direito de comerciar com os silvícolas e praticar em liberdade a sua fé. (Serigipe hoje se chama ilha de Vilegagnon, onde se situa a Escola Naval, contígua ao aeroporto Santos Dumont – centro da cidade do Rio de Janeiro).

Muitos indígenas já haviam sido mortos nas disputas com os portugueses e por isto os nativos hostilizavam a presença deles em suas terras. Os franceses se aproveitaram dessa insatisfação e valendo-se da presença de missionários huguenotes, comerciavam e catequizavam os índios segundo os princípios da Reforma. Destarte, se estabeleceram firmemente na França Antártica.

JEAN JAQUES LE BALLEUR (OU JOÃO BOLLÉS)

Contando com pouca gente, Villegagnon formalizou pedido a João Calvino, em Genebra, solicitando o envio de missionários e famílias para expansão da França Antártica, no que foi atendido. Em 1557 chega à Guanabara uma comitiva de convidados do almirante Coligny, entre os quais o pastor João Bollés. Em seu livro "O Santo que Anchieta Matou", Aníbal Pereira dos Reis relata sérias divergências doutrinárias e desavenças entre os recém-chegados. Os litigantes tentaram chegar a um consenso, mas as divergências se acentuaram e Guillaume de Chartier, outro pastor, foi enviado a Genebra, para consultas a Calvino.

No fim de 1557 a comitiva de Genebra retornou à Europa. Entrementes, crescia a reação portuguesa aos invasores. Anchieta empe-

nhou-se pessoalmente nestes eventos, estimulando o governador Mem de Sá a destruir aquele "ninho de hereges", e dedicando-lhe um poema épico, com largos elogios às suas qualidades guerreiras e capacidade de matar os índios e destruir-lhes as aldeias. O longo texto pode ser lido no site http://dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000146.pdf. Não se sabe ao certo o que aconteceu nos últimos dez anos da França Antártica. Tudo indica que Vilegagnon abandonou o protestantismo, retornando à França e ao catolicismo, em virtude de questões doutrinárias. Diversos calvinistas foram expulsos da França Antártica, embrenharam-se na floresta ou regressaram à França em conturbada viagem.

Bollés foi um dos que fugiram para a floresta, reaproximando-se dos índios, entre os quais dispunha de certo prestígio, em virtude do seu fervor missionário. Mais tarde foi capturado pelos portugueses em Salvador, onde arrostou oito anos de masmorra, sem fraquejar na fé. Os relatos alusivos a esses acontecimentos são conflitantes. André Thévet publicou na sua "Cosmografia Universal" que os protestantes foram culpados pela perda da França Antártica. Jean de Léry é de opinião contrária e em seu livro "História de uma Viagem feita à Terra do Brasil" atribui a culpa a Vilegagnon, que, segundo ele, traiu a confiança de Coligny. Os franceses permaneceram na Guanabara até 1567, quando foram definitivamente expulsos. Bollés foi enviado preso ao Rio de Janeiro, onde o governador Mem de Sá mandou enforcá-lo. Aníbal Reis, acima citado, relata em seu livro que, por ocasião do enforcamento, o carrasco, que conhecia Bollés e sabia da sua inocência, vacilou no cumprimento da tarefa. Anchieta, então, assume-lhe o papel, e executa Bollés. Volta-se em seguida para o carrasco e exclama: "É assim que se mata um homem".

CONCLUSÃO

Eis algumas das razões que, por quatro séculos, impediram o padre Anchieta de ascender aos altares da Igreja Católica. Tudo leva a crer que o elogio à matança de índios, inspiração de um poema épico dedicado a Mem de Sá, e a execução de João Bollés, por ele consumada, postergaram longamente sua canonização, que só foi oficializada pelo Papa Francisco, em 3 de abril de 2014. (Artigo do autor, publicado no jornal *Mensageiro da Paz* (CPAD)– abril/2014)

ALMEIDA, João F. *Bíblia Sagrada*. Edição Revista e Corrigida. São Paulo. Sociedade Bíblica do Brasil. 2010

AMARAL, Epaminondas M. *O Protestantismo e a Reforma*. São Paulo. Livraria Saleluz. 1962.199 p.

AQUINO, Felipe. *História da Igreja*. Disponível em <http;//cleofas.com.br/historia-da-igreja-inocencio-iii-o-apogeu-do-poder-temporal/> Acesso em: 13/7/2016.

ARAUJO, Isael. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD 2007. 944 p.

BARRETO, Vicente. *Primórdios do Liberalismo*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1982. 107p.

BURKETT, Bill. *Pentecostais ou Carismáticos?*. Rio de Janeiro: CPAD, 1999. 64 p.

BONNET, Gabriel. *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1963. 268 p.

CAIRNS, E. E. *O Cristianismo Através dos Séculos – Uma História da Igreja Cristã*. São Paulo. Editora Vida Nova, 1988. 671 p.

CALVINO, João. *As Institutas*. São Paulo. Editora Cultura Cristã, 2006.

CHAMPLIN, R. N.; Bentes, J.N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. São Paulo. Editora e Distribuidora Candeia, 1997. 4ª Ed. 6v.

GRIMM, Harold J. *The Reformation Era* 1500-1650. Nova Iorque. The Macmillan Company, 1954. 675 p.

HORTON, Stanley M. *Teologia Sistemática – Uma Perspectiva Pentecostal*. 2ª Ed. Rio de Janeiro. CPAD. 1997. 808 p.

JOHNSON, Paul. *História dos Judeus*. Rio de Janeiro. Editora Imago, 1995. 683 p.

_____. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro. Editora Imago, 2001. 677 p.

KLAUS, Václav. *Planeta Azul em Algemas Verdes*. São Paulo. DVS Editora, 2010. 128 p.

LATOURETTE, Kenneth S. *Uma História do Cristianismo*. São Paulo. Editora Hagnos, 2006. 2 v.

LOMBORG, Bjorn. *O Ambientalista Cético*. Rio de Janeiro. Elsevier Editora, 2002. p. 541

MATOS, Alderi S. *História da Igreja*. Disponível em <http://www.mackenzie.br/6996.html>. Acesso em 21/7/2016.

PAREIRA, Lilian C. S. *A Reforma Protestante e a Origem da Escola Pública*. Disponível em https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-reforma-protestante-e-a-origem-da-escola-publica. Acesso em 20/6/2016

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 6ª Ed. São Paulo. Editora Martin Claret, 2015. Pág. 300.

A REFORMA
EM QUATRO TEMPOS

Desdobramentos na Europa
e no Brasil

A Reforma Protestante foi o motor que conduziu a Alemanha e diversos países da Europa à liberdade religiosa, social, política, cultural e econômica, porém, sua influência alcançou todo o globo, inclusive o Brasil. Esta obra, ao mesmo tempo sucinta e abrangente, traça um linha direta entre a Reforma e a atualidade da igreja brasileira.

Um trabalho literário digno de ser recomendado para quem deseja, em pouco tempo, conhecer o que foi a Reforma Protestante do século XVI. O autor aborda os antecedentes do movimento, sua explosão, reflexos, chegada ao Brasil, e o pentecostalismo e o ativismo cristão mostrando os inúmeros reflexos desse movimento de caráter religioso que teve impacto notável sobre o pensamento cristão.

O livro é ainda enriquecido com apêndices com as 95 teses de Lutero, os perigos do extremismo ecológico, entre outros temas.



PAULO FERREIRA é Capitão-de-Mar-e-Guerra do Corpo de Fuzileiros Navais, graduado na Escola Naval, com estudos de pós-graduação na Escola Superior de Guerra (ESG) e Escola de Guerra Naval (EGN). É pastor e atualmente membro do Conselho Pastoral da igreja Assembleia de Deus no Recreio dos Bandeirantes. Também é tradutor e articulista dos periódicos da CPAD.

ISBN 978-85-263-1459-7

CPAD